

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES

QUADRIÉNIO 2017/2021

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL N.º 2/21

2021/04/30



QUADRIÉNIO 2017/2021

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES, REALIZADA NO
DIA 30 DE ABRIL DE 2021

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu, por videoconferência, a Assembleia Municipal, sob a presidência de JOSÉ ARMANDO COUTINHO BAPTISTA PEREIRA, secretariado por José Alberto de Sousa e Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu, respetivamente primeiro e segundo secretários da Mesa.

Procedeu-se à chamada dos membros da Assembleia, não se tendo verificando quaisquer ausências.

Presenças por substituição ao abrigo do artigo septuagésimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de setembro: Joaquim António Meireles Brandão e Letícia Daniela Moreira de Sousa, eleitos pela lista do PSD, substituídos respetivamente por: Jorge Manuel Martins Jorge e Jorge Miguel Campanhã Oliveira; António Macedo de Lemos – eleito pela lista do CDS-PP, substituído por Ana Raquel Gomes Coelho.

Presenças por substituição ao abrigo da alínea c do número um do artigo decimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de setembro: José Fernando Ribeiro dos Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Beire – Fez-se representar por, Paulo Faustino Ribeiro Pinheiro – Tesoureiro da Junta de Freguesia; Joaquim Tomás Fernandes Correia – Presidente da Junta de Freguesia de Cete – Fez-se representar por, Maria do Rosário da Silva Carvalho – Secretária da Junta de Freguesia; Carlos Franclim Moreira da Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Cristelo – Fez-se representar por, Liliana Cristina Nunes Pacheco – Secretária da Junta de Freguesia; Antónia Salomé da Silva Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Rebordosa – Fez-se representar por, Maria Adelaide Ferreira Ribeiro da Silva – Secretária da Junta de Freguesia; Mariana Fernanda Machado da Silva – Presidente da Junta de



Freguesia de Vilela – Fez-se representar por, António Carlos Pacheco da Silva – Secretário da Junta de Freguesia.

Renuncia ao mandato – Renunciou ao mandato o deputado João Paulo Alves dos Reis eleito pelo Partido Socialista que, nos termos da Lei vigente, será substituído por Adélio Ribeiro Soares Magalhães.

Verificada a existência de quórum, pelo presidente da Assembleia foram declarados abertos os trabalhos, sendo vinte e uma horas e seis minutos, tendo-se procedido à leitura da correspondência, a qual ficará arquivada no gabinete de apoio administrativo à Assembleia Municipal, para eventual consulta.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia – Esclareceu a Assembleia que, por razões relacionadas com a situação pandémica no Concelho, a presente sessão que inicialmente seria presencial e estava prevista para o Centro Escolar da Sobreira teve de ser realizada por videoconferência. Comunicou ainda que no passado dia 29 de abril participou numa reunião do Conselho Municipal de Educação de que salientou a excelente articulação verificada entre todos os órgãos com assento na mesma.

Seguidamente, foram abertas as inscrições para intervenções neste período, tendo-se registado os pedidos dos deputados: João Gonçalves, Soares Carneiro, Cristiano Ribeiro, Paulo Ranito, Belmiro Sousa, Albertino Borges, Ana Raquel Coelho, Jorge Oliveira, Luís Baltar, António Neto, Manuel Gomes, José Borges e Rui Silva.

João Gonçalves – Presidente da Junta de Freguesia da Sobreira (PS) – Cumprimentou os presentes e referiu que finalmente a freguesia da Sobreira vai ter uma rede de drenagem de águas residuais que numa 1ª fase abarca 600 fogos. Considerou que esta é uma obra que chega com muitos anos de atraso, mas que chegou graças à mudança que os paredenses quiseram no governo municipal. Acrescentou que tal mudança permitiu que fosse interrompido um modelo de gestão que não



servia porque não cumpria com os grandes desígnios para o Concelho, de que são exemplo a complacência e a tolerância para com a Be Water no cumprimento daquilo que eram as suas obrigações contratuais. Acrescentou que igual comportamento se manteve quanto ao tratamento das águas residuais que neste importante hífen de valoração coloca o Município numa embaraçosa posição, com uma cobertura de saneamento a rondar os 50% do Concelho. Adiantou que o executivo municipal mostrou estar à altura das suas responsabilidades políticas, sociais e ambientais quando tomou em mãos os temas relacionados com a água para consumo humano e com os efluentes. Realçou o respeito demonstrado pelos subsistemas do Sul do Concelho que, há 47 anos, num esforço hercúleo implementaram uma rede de distribuição de água para consumo humano que atualmente serve cerca de 25% do Concelho e cobre cerca de 50% do seu território, com impactos inestimáveis no bem-estar dos paredenses, na saúde pública e no meio ambiente. Realçou a Assembleia extraordinária de 28 de dezembro de 2020, incompreensivelmente marcada pela deserção e fuga ao debate e ao contraditório da bancada do PSD, com a honrosa exceção do Presidente da Junta de Freguesia de Louredo, que autorizou a Câmara Municipal a exercer o direito de resgate da concessão. Observou que esta foi uma deliberação de alto significado para a retoma dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento pela Câmara Municipal de Paredes e para as sempre oportunas candidaturas aos fundos europeus. Salientou que se a autorização não tivesse sido concedida naquela data, ficariam inviabilizadas as candidaturas aos fundos comunitários e o Concelho de Paredes marcaria passo na senda daquela que é a posição da bancada do PSD. Adiantou que o PSD pretere uma trajetória clara e contratualmente prevista e com premissas de cálculo estabelecido corporizada no resgate da concessão. Salientou que o PSD defende uma trajetória labiríntica com saída desconhecida e com custos incalculáveis, temporais e financeiros, centrada na resolução do contrato por justa causa. Felicitou o Presidente e o Vice-Presidente da Câmara Municipal, bem como o restante executivo, por este importante passo que vai para o terreno até finais do presente ano e que contempla na Sobreira 600 fogos e um orçamento na ordem dos 1,5 milhões de euros. Realçou que desta verba, cerca de 900 mil euros provêm da candidatura aos fundos comunitários e, o restante, do empréstimo bancário contraído pelo Município. Adiantou que a proteção da saúde e do ambiente, conjugada com o direito dos municípios de poder dispor de um serviço público de água e saneamento e com a férrea determinação do executivo municipal em corrigir a grave distorção funcional da empresa Be Water, através do assumido e autorizado Resgate da concessão, constitui uma pedra de toque que



demonstrará o superior e inquestionável interesse público a suportar o pedido de Resgate da concessão. Observou que, enquanto cidadão e autarca local, consciente das malfeitorias infligidas ao meio ambiente e à ausência de uma eficaz rede de tratamento de águas residuais, nunca se conformará com expectativas de extorsão dos subsistemas aos seus legítimos detentores. Salientou a falsidade de uma justificação de que o saneamento no Sul do Concelho só teria lugar com a entrega dos respetivos bens patrimoniais à Be Water. Realçou que, uma vez mais, ficou demonstrada a diferença de substância e de facto, entre o atual executivo do Partido Socialista e o do seu antecessor do Partido Social Democrata. Referiu que para o Presidente da Câmara, os subsistemas são entidades que merecem respeito pelo serviço público que prestam como o prova a atribuição da medalha de ouro do Município de Paredes. Destacou o mérito da construção do sistema de abastecimento de água ao domicílio, em contraste com o persistente e desrespeitoso assédio aos diferentes subsistemas com a invocação da ilegalidade, sem um gesto de reconhecimento e solidariedade. Revelou que, enquanto autarca, é frequentemente abordado por fregueses e por representantes de condóminos que se queixam ou alertam para as descargas e escorrências de águas sanitárias que exalam cheiros nauseabundos, com as consequências daí decorrentes, situação que se torna imperioso resolver. Em resposta ao deputado Soares Carneiro, afirmou que têm sido recebidas garantias do Presidente da Câmara de que os subsistemas são entidades para manter, além de que estão conscientes de que, a seu tempo, dialogarão com a Câmara para que os seus valores patrimoniais e sentimentais sejam respeitados e preservados.

Soares Carneiro (PSD) – Cumprimentou os presentes e solicitou ao Presidente da Assembleia que, como exigência mínima, apenas intervenham na Assembleia as pessoas que têm a Câmara ligada, pois que é preciso que todos se vejam, sobretudo quando estão a falar. Apelou ao Presidente da Câmara a que, daqui para a frente, trate todos os presidentes de junta da mesma forma independentemente da sua cor partidária. Aconselhou-o a atender os seus telefonemas, a responder aos seus emails, e que celebre os protocolos nos mesmos termos, porque não é bonito que haja discriminação em que uns presidentes de junta tenham acesso facilitado e outros não tenham resposta às suas solicitações. Lamentou o facto de muitas vezes, alguns presidentes de junta serem desconsiderados e não serem convidados a estar presentes nas visitas do Presidente da Câmara às suas freguesias, mesmo para fazer inaugurações. Acrescentou que se trata de uma questão institucional e protocolar e lembrou que, quando o Presidente da República ou o Primeiro Ministro visitam algum Concelho, os presidentes das câmaras são previamente convidados a estar



presentes. Questionou o Presidente da Câmara se na justificação do interesse público relacionado com o Resgate, está ou não previsto a integração dos sistemas de água de Parada de Todeia, de Gandra, de Recarei e da Sobreira? Questionou ainda se, estando prevista essa integração dos subsistemas nos futuros SMAS, os respetivos presidentes de Junta de Freguesia foram ouvidos e deram o seu acordo à integração dos subsistemas nos futuros SMAS? Solicitou que a resposta às questões colocadas fosse uma resposta concreta, explícita e clara no sentido de que, daqui para a frente, o assunto fique devidamente clarificado.

Cristiano Ribeiro (CDU) - Cumprimentou os presentes e referiu que este não é o espaço em que a CDU se sente verdadeiramente bem para intervir na defesa dos interesses do Concelho. Lamentou as circunstâncias muito penosas resultantes da pandemia, que obriga a que todos deixem de fazer aquilo que mais gostam, de intervir perante as pessoas, pois que, a forma de expressão se torna muito limitativa. Manifestou a sua satisfação pela forma digna e adequada como decorreram as celebrações do 25 de Abril na cidade de Lordelo, com a intervenção dos representantes dos partidos políticos representados na Assembleia Municipal. Aproveitou para felicitar a Câmara Municipal pela excelente organização do evento e pelo emocionante espetáculo musical, proporcionado aos participantes e lamentou a impossibilidade da presença de um público mais vasto. Relativamente ao processo de rescisão com a Be Water, deixou claro que a CDU mantém firme a sua posição favorável ao Resgate, o qual corrige, esperando-se que rapidamente, um grave erro histórico que foi cometido por quem votou a favor. Observou que a CDU mantém a ideia de que, de facto, independentemente de circunstancialismos e de *fait divers*, apreciações ideológicas e de relatórios e pareceres que se quiser, é imperioso avançar e partir para o Resgate. Salientou que a CDU estará, como sempre esteve, na primeira linha da defesa da integração deste serviço e bem público que é a água e o saneamento, respondendo com seriedade à diversão para que haja água e saneamento em todas as freguesias do Concelho.

Paulo Ranito - Presidente da Junta de Freguesia de Gandra (PSD) - Cumprimentou os presentes e questionou o Presidente da Câmara sobre se pretende ou não integrar os subsistemas na concessão? Salientou no conjunto de documentos observados, entre os quais o parecer da ERSAR que, a propósito da defesa do modelo económico financeiro do Município para sustentar os SMAS, está prevista a integração dos subsistemas. Lembrou o merecido mérito reconhecido aos subsistemas pela Câmara Municipal com a atribuição de uma medalha e questionou se houve alguma alteração de posição? Adiantou que quer o parecer da ERSAR, quer o estudo da TAMINO



preveem que a uniformização da qualidade do serviço seja assegurada pela integração dos subsistemas.

Belmiro Sousa – Presidente da Junta de Freguesia de Recarei (PS) – Cumprimentou os presentes e referindo-se ao seu colega de Gandra, disse que está a defender em tribunal os interesses de Recarei. Relativamente à intervenção do deputado Soares Carneiro, afirmou ter sido achincalhado e humilhado pelo anterior executivo e deixou claro que não estava a pôr nome a ninguém. Salientou que já houve uma reunião entre os presidentes de junta e o Presidente da Câmara ao nível da concessão e realçou que a freguesia de Recarei tem investido muito na água. Lembrou os muitos problemas por si herdados na Junta de Freguesia de Recarei, pelos quais se responsabilizou com vista à sua resolução. Salientou que em conversa com o Presidente da Câmara, ficou a saber que havia disponibilidade de uma candidatura através do “Portugal 2020” para se fazer uma renovação das condutas da água. Lamentou o facto de anteriormente se ter vendido a água à Be Water e também o facto de a Junta de Freguesia ter sido barrada pelo mau negócio que alguém ligado ao PSD fez e que foi o de vender a água que não lhe pertencia e pela qual nada haviam feito. Adiantou que é necessário muito dinheiro para se proceder à renovação das condutas e que talvez 1 milhão de euros não seja suficiente. Reiterou que a freguesia de Recarei foi prejudicada por alguém ligado ao PSD ter vendido a água à Be Water, mas o que pretende agora, é que o saneamento avance. Referiu que o deputado Soares Carneiro tem que diminuir aos gastos, aquilo que o executivo municipal foi buscar aos fundos comunitários e que, a continuar com a Be Water, não haveria saneamento em Recarei. Felicitou e incentivou o Presidente da Câmara a prosseguir neste caminho que é o caminho certo.

Albertino Borges – Presidente da Junta de Freguesia de Parada de Todeia (CDU) – Cumprimentou os presentes e começou por felicitar a Câmara Municipal pela excelente organização das comemorações do 25 de Abril e respetivo espetáculo musical. Lamentou a ausência do representante do PSD naquele evento cujos responsáveis concelhios certamente não deixarão de justificar e partilhar. Ainda relativamente às comemorações do 25 de Abril, deu conta das iniciativas levadas a cabo na freguesia de Parada de Todeia. Destacou a visita ao infantário e à Escola Básica de Cete, bem como a oferta a todas as crianças de um cravo vermelho e um caderno para colorir alusivo à efeméride e em que serão premiados os melhores trabalhos. Referiu que também se procedeu de forma simbólica às comemorações populares no Arraial da freguesia, tal como acontece desde 2002 e apenas interrompidas em 2020, devido aos efeitos da pandemia.



Salientou a presença via Facebook da Junta de Freguesia do poeta paredense Nuno Silva, com o tema “Abril e a Liberdade” a quem felicitou pelos magníficos poemas e agradeceu a sua irreverência e as suas reflexões independentes. Destacou as obras de remodelação do Arraial que se encontram quase concluídas e que resultaram num espaço acolhedor e de uma nobreza digna de realce, um investimento num equipamento urbano de muita qualidade e que a todos orgulha. Defendeu que esta obra só ficará verdadeiramente concluída com a reabertura da Rua Dr. José Barbosa Leão, que permitirá o acesso ao piso inferior da Casa Mortuária e a retoma do trânsito normal naquela artéria. Considerou imprescindível para o desenvolvimento da freguesia, a abertura da nova ligação ao apeadeiro que vai permitir atrair mais população para aquela zona e valorizar a infraestrutura ferroviária. Deu conta da necessidade urgente e prioritária da construção dos passeios entre Cete e Parada de Todeia, dada a perigosidade com a circulação dos peões naquela via e apelou a que a Câmara Municipal continue a fazer pressão junto da IP.

Ana Raquel (CDS-PP) – Cumprimentou os presentes e referiu que Paredes foi considerado o pior Concelho na 1ª fase da pandemia, numa altura em que a comunicação da Câmara não foi a mais eficaz, pois que, não foi tão próxima quanto se desejaria. Acrescentou que, nessa altura, o executivo deveria ter sido uma extensão do Poder Central, mas que, o que se verificou, ao contrário do que se passou nos concelhos vizinhos em que a pandemia foi o tema central de todas as assembleias municipais, muitas foram as sessões em que nada se disse sobre a pandemia. Realçou que apenas o CDS abordou o assunto nas suas intervenções, tendo mesmo manifestado séria preocupação com a evolução da situação pandémica no Concelho. Lembrou que o CDS propôs mesmo algumas medidas efetivas com vista à resolução dos vários problemas que afetam os munícipes, nomeadamente medidas de apoio à economia e ao setor social. Deixou claro que as suas críticas, de forma alguma, significavam que a Assembleia Municipal se alheou deste problema, mas tão somente que tal facto foi o reflexo de uma estratégia do executivo municipal que falhou em toda a sua linha. Salientou que o executivo municipal se manteve queto e mudo quanto ao assunto, além de que não aprendeu a lição e o facto de a presente sessão decorrer por videoconferência era disso um exemplo. Observou que o executivo quis passar pelos pingos da chuva, achando que esse era o melhor caminho para fugir às suas obrigações, sendo certo que o sucesso ou o fracasso deste combate não depende do Presidente da Câmara. Realçou que dos presidentes de Câmara dependiam sobretudo da capacidade de agirem em proximidade com os munícipes e das suas capacidades de antecipação dos problemas e de definir prioridades.



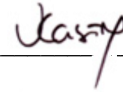
Considerou que o Presidente da Câmara falhou pelo facto de não ter agido preventivamente, de não ter sido próximo da população, de não ter sido proativo, por ter optado por encher as caixas de correio com campanha eleitoral num ano de eleições, atirando aos munícipes uma revista composta por paralelepípedos e alcatrão, enquanto o Concelho foi sendo devastado pelo vírus. Alertou para a necessidade de, em cada momento, se saber definir claramente quais as prioridades e defendeu que, em tempo de pandemia, a prioridade se centre nas pessoas. Acrescentou que, lamentavelmente, em vez de se preocupar com as pessoas, o executivo municipal denota uma preferência pelo cimento e por alterações ao PDM, que aumentam o número de prédios na cidade, ficando as pessoas de lado. Advogou que se em março/abril de 2020 até pudesse entender que a atuação do executivo não fosse tão proativa porque foi a altura em que todos foram surpreendidos pela pandemia, um ano depois, não podia perdoar que se persista no mesmo erro. Considerou que o Concelho de Paredes tem sido um péssimo exemplo para todo o País e que o Presidente da Câmara terá que viver com esta realidade que é a de não ter feito tudo o que devia ser feito e se impunha fazer pelos munícipes. Relativamente à questão das águas, questionou o Presidente da Câmara porque razão não está a ser aplicado o tarifário social da água? No que concerne à questão das verbas do POSEUR para o saneamento nas freguesias da Sobreira e de Recarei, referiu que na reunião da Comissão de Acompanhamento do Resgate, foram facultados documentos que não constam do processo que foi disponibilizado aos restantes deputados municipais. Adiantou que é recorrente a omissão de documentos e acusou o Presidente da Câmara de não ter facultado a decisão do POSEUR em que diz que a data de início da operação é 25 de junho de 2020. Perguntou se a aprovação deste documento tem a ver com esta data? Lembrou que na última reunião da Comissão, questionou o Presidente da Câmara quanto à legitimidade para recorrer àqueles fundos uma vez que a concessionária ainda existe. Observou que, como resposta, o Presidente da Câmara informou que podia concorrer a partir do momento em que o Resgate foi deliberado. Questionou, então, o que significava a data do início da operação? Que o concurso ao POSEUR foi anterior à deliberação do Resgate? Se foi anterior ao Resgate, existe a possibilidade de a Be Water ir contra esta decisão? Referiu que a decisão do POSEUR é de 30 de março de 2021, data em que o executivo municipal já tinha conhecimento do parecer da ERSAR. Perguntou ao Presidente da Câmara se informou o POSEUR sobre o parecer da ERSAR? Lembrou que o investimento elegível é de cerca de 1 milhão e 100 mil euros, faltando ainda cerca de 400 mil euros para o investimento total. A este respeito, questionou se será preciso mais um empréstimo para o montante em falta? Quanto ao



parecer da ERSAR, afirmou que não houve um segundo aditamento ao contrato de concessão das águas. Observou que o Presidente da Câmara, por várias vezes, referiu que estava em negociações com a Be Water e lembrou que as mesmas não foram bem sucedidas. Acrescentou que não foi celebrado qualquer acordo com a concessionária no ano transato pelo que, o segundo aditamento nunca passou para o papel. Realçou que o CDS não foi surpreendido com o parecer desfavorável da ERSAR, porque o modelo económico apresentado foi assente em pressupostos que não são reais. Acrescentou que o mesmo assenta num cenário que tem por base o segundo aditamento que não chegou a ser contratualizado, além de que pressupõe uma taxa de ligação de 100%. Relativamente ao processo do OLAF e a tudo o que o então candidato Alexandre Almeida propalou sobre o assunto em 2017, questionou se o processo já teve alguma conclusão e se alguém foi acusado de corrupção ou de outros crimes? Disse que o CDS não desconhece a resposta, pese embora a desconheça na sua plenitude, pois que, a resposta não deve ser exclusiva dos privilegiados do poder.

Jorge Oliveira (PSD) - Cumprimentou os presentes e referiu-se à questão da legionela que várias vezes já foi detetada no Concelho de Paredes e para a qual o executivo poderia ter-se prevenido. Observou que os bons autarcas se distinguem dos medíocres quando previnem em vez de reagirem e lamentou o facto de o executivo não se ter prevenido para que não acontecesse em Mouriz, em Recarei e em Paredes. Acusou o Presidente da Câmara de só prevenir com a colocação de alcatrão como é demonstrado na revista municipal. Sugeriu que no próximo infomail municipal, a Câmara Municipal informe os munícipes sobre o número de casos que existiram em Paredes, assim como o número de casos em que não houve prevenção. Entretanto, colocou ao Presidente da Câmara as seguintes questões: Para quando os paredenses poderão contar com um Presidente ativo e não reativo? Quando dará garantias aos paredenses de que o Concelho não será sucessivamente notícia, por más razões, como infelizmente tem acontecido nos últimos tempos? Quando é que colocará em primeiro lugar a saúde e os interesses dos paredenses, particularmente dos jovens, porque foram os mais afetados com os casos de legionela?

Luís Baltar (PSD) - Cumprimentou os presentes e referiu-se aos cerca de 32 mil exemplares da revista e questionário rececionados pelos paredenses que considerou de autopromoção e auto sondagem, ao mesmo tempo que lamentou a irresponsabilidade ambiental. Questionou se o trabalho fotográfico, criativo, de impressão e de remessa dos questionários e custos com o tratamento da informação, vão ser pagos pela Câmara Municipal ou pelo Partido Socialista.



António Neto (PS) - Cumprimentou os presentes e destacou o exemplo dado pelo deputado Joaquim Bessa, ao marcar presença nas comemorações do 25 de Abril, com a particularidade de ter sido o único elemento da bancada do PSD a fazê-lo. Destacou o excelente trabalho desenvolvido pela Polícia Municipal na fiscalização do cumprimento das regras e na sensibilização da população no combate à pandemia. Lamentou as acusações feitas ao executivo de nada ter feito para ajudar a população mais carenciada neste período pandémico. A título de exemplo, lembrou que Paredes foi o primeiro concelho a ceder computadores e internet a todos os alunos necessitados, uma medida que foi seguida por outros municípios. Deu conta de uma reunião da Comissão de Proteção Civil Municipal, no passado dia dezasseis de abril onde estiveram presentes os presidentes de Junta de Freguesia e alertou para o facto de determinadas críticas não atingirem apenas a autarquia e o seu executivo, mas também todos aqueles que andam no terreno. Lembrou o papel que vêm desempenhando as corporações de Bombeiros, delegações da Cruz Vermelha, Polícia Municipal, militares da GNR que, muitas vezes, puseram a sua integridade física em risco para dissuadir alguns grupos incumpridores das medidas restritivas impostas. Uma vez mais deixou o seu desagrado pelas críticas que foram feitas, pois que, são uma forma de menosprezar o trabalho de todas estas pessoas e entidades. Advertiu que existem municípios que se encontram numa situação mais grave do que aquela em que se encontra o Município de Paredes que, de facto, implementou todas as medidas restritivas que se impunham.

Manuel Gomes (PSD) - Cumprimentou os presentes e referindo-se ao parecer da ERSAR, afirmou que, afinal, parece que faltavam documentos na instrução da decisão da Assembleia Municipal, facto registado por uma entidade reguladora e não só pelo PSD. Salientou que, aparentemente, para o PS o parecer em causa não é bom, sendo que, o PSD quer perceber se o parecer não é bom porque é desfavorável e se, sendo favorável, já entrava no rol dos pareceres incontestáveis de uma entidade isenta e muito competente para o Partido Socialista. Acrescentou que, ao que parece, as contas do resgate estão mesmo mal feitas e que, apesar da consideração da ERSAR, a TAMINO, empresa contratada pelo Município, insiste em fazer o mesmo cálculo anteriormente feito para o Resgate. Adiantou que o Município insiste também em não considerar um cálculo correto e que tudo leva a crer que terá de ser o Tribunal a fazer as contas e a apresentar a fatura a todos os paredenses. Observou que a ERSAR refere que o Resgate é uma proposta ao pedido de reposição do equilíbrio financeiro da Be Water, uma consideração que entende ser particularmente grave, que condiciona a demonstração do interesse público relativamente ao Resgate. Adiantou que o



Resgate da Be Water foi uma decisão exclusivamente reativa à reposição do equilíbrio financeiro. Realçou que no que concerne ainda ao interesse público, nos documentos disponibilizados e que instruíram a decisão que seguiu novamente para a Be Water, os pareceres da TAMINO e da ERSAR, indicam que todos os problemas apontados se verificam. Afirmou que tal facto é igualmente reconhecido por todos os membros da Assembleia Municipal, como sejam a falta de rede de saneamento, as demais infraestruturas na rede de água, preços elevados pelos serviços prestados, etc. Acusou o executivo municipal de insistir em não subsumir esta factualidade ao princípio da proporcionalidade em todas as suas dimensões e ao princípio da legalidade da administração. Considerou que, assim sendo, mais uma vez, o interesse público fica por demonstrar na comunicação que segue para a Be Water pelo que se verá o que daí advirá. Observou que se conclui, pois, que o caminho correto não era de todo o Resgate, mas sim um caminho mais adequado que era o da resolução contratual por tudo o que já foi dito em várias assembleias municipais e como, em tempo útil, o PSD defendeu. Advertiu que em conformidade com aquilo que tem sido divulgado pela comunicação social e ainda que a Câmara Municipal não tenha já sido citada, existe agora um processo judicial com a respetiva providência cautelar para suspender o ato administrativo do Resgate. Acrescentou que, o que antes era uma suposição, é agora uma certeza pelo que questionou o Presidente da Câmara se tem um *Plano B* para a possibilidade de, em janeiro de 2022 não poder constituir os SMAS.

José Borges – Presidente da Junta de Freguesia de Louredo (PSD) – Cumprimentou os presentes e referiu que voltar a debater a questão do Resgate é não só uma incoerência como também uma perda de tempo, pois que, é uma decisão firme que vai avançar. Relativamente às comemorações do 25 de Abril, felicitou o executivo pelo espetáculo proporcionado. Lamentou a ausência dos membros da bancada do PSD, um partido com responsabilidades e que num total de 22 elementos apenas estavam presentes 5 pessoas. Criticou ainda a indelicadeza demonstrada pelos responsáveis do PSD pelo facto de se negarem a falar sobre o 25 de Abril, desvalorizando a efeméride. Acrescentou que essa possibilidade poderia ter sido concedida ao Sr. Nuno Serra, Presidente da Junta de Freguesia de Lordelo, ou ao Vereador Dr. Filipe Carneiro ou mesmo ao deputado Joaquim Bessa que considerou ser um autarca exemplar. Criticou ainda o facto de os responsáveis do PSD não terem sequer comunicado a quem de direito que não iriam estar presentes no evento, facto que teria evitado que tantas cadeiras estivessem por ocupar. Relativamente à questão do Resgate, referiu que não adianta ao PSD perder tempo com o assunto,



pois que, a decisão está tomada e é irreversível e que agora é necessário avançar com a água e o saneamento. Realçou que existe em Louredo um projeto de milhões para turismo de habitação de um investidor do Porto que pretende que entre em funcionamento dentro de 2 meses, mas que não pode ainda avançar pelo facto de não ter condições de abastecimento de água e saneamento, porque a Be Water não quer fazer o investimento necessário. Reforçou que não há volta a dar à decisão da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2020 e considerou que todo o dinheiro a pagar é pouco para que a Be Water deixe de ter este serviço. Adiantou que é muito pouco dinheiro para que não se justifique a criação dos SMAS que estará à altura de resolver este problema grave e lamentou que numa Estrada Municipal que é a principal ligação entre Paredes e Paços de Ferreira não haja rede de água e saneamento. Referindo-se às acusações da deputada Ana Raquel relacionadas com a falta de medidas de combate à pandemia, disse compreender as dificuldades que o CDS-PP enfrenta em se aperceber do que se passa no Concelho no combate à pandemia, até porque são poucos, o que já não se passa com a bancada do PSD. Lamentou as críticas ao executivo e lembrou que o Concelho de Paredes é um Concelho com quase 100 mil habitantes e que existem freguesias como Lordelo, Rebordosa, Vilela e Gandra que são o foco principal da Covid-19 e que ainda assim continuam a ser ativas e com dinamismo. Deu conta de que na freguesia de Louredo não existem casos positivos de Covid-19 e disse compreender o facto de o mesmo não acontecer noutras freguesias porque continua a atividade laboral. Realçou que na IPSS de Louredo, permanentemente tem registado a entrega de equipamentos e material de proteção e bens alimentares por parte do Município. Salientou que é preciso trabalhar e que ninguém pode acomodar-se além de que, todos os presidentes de Junta sabem que a realidade é que o executivo municipal tem prestado todo o apoio necessário e que nada tem faltado a quem precisa.

Ponto de ordem à Mesa do deputado Manuel Gomes PSD) – Referiu que o deputado José Borges se inscreveu em último lugar dos deputados da sua bancada e acusou a Mesa de ter alterado a ordem de inscrição e que assim se tenha esgotado o tempo de intervenção destinado ao PSD.

Ricardo Santos (PSD) – Referiu que era a segunda vez que lhe era retirada a palavra na Assembleia Municipal, facto que lamentou. Acrescentou que, de facto, o deputado José Borges foi o último a inscrever-se para usar da palavra.





Presidente da Mesa – Refutou as acusações dos deputados Manuel Gomes e Ricardo Santos e esclareceu que, de facto, a ordem de inscrição foi corretamente seguida, pelo que a acusação era desprovida de verdade.

Rui Silva (PS) – Cumprimentou os presentes e referindo-se ao parecer da ERSAR relacionado com o Resgate, realçou que o mesmo tem carácter obrigatório, mas não vinculativo, tendo mesmo sido emitido fora do prazo legal para o efeito. Referiu que, certamente, não terá sido por falta de tempo, dado que o parecer em causa demorou alguns meses a ser emitido, revelando não conseguir reunir os elementos necessários para emitir uma posição favorável. Realçou que para atestar a forma correta como a Câmara Municipal se posicionou neste processo, o executivo municipal disponibilizou todos os elementos solicitados. Observou que a Be Water, apesar de notificada, provavelmente como estratégia, não disponibilizou os elementos ali solicitados. Adiantou que gostaria de saber o que defendem os autarcas PSD depois destes anos passados, dado que foram o pai deste problema. Acusou o PSD de, aparentemente, estar remetido a um silêncio ensurdecedor e apenas estar focado em dar apoio aos seus candidatos às eleições autárquicas.

Presidente da Mesa – Esclareceu que o tempo que cada Grupo Municipal dispõe para intervir é determinado pelo povo, através das eleições e depende do número de votos obtidos pelos mesmos nas últimas eleições, pelo que este assunto não podia ser mais democrático. Deixou claro que o papel do Presidente da Assembleia é unicamente o de regular e de tentar que os tempos definidos não sejam ultrapassados. Lamentou o facto de alguns deputados não terem podido intervir, mas é o cumprimento da democracia que impede que se continue o debate.

Presidente da Câmara Municipal – Cumprimentou os presentes e no que concerne à intervenção do deputado **João Gonçalves**, referiu que juntamente com o deputado Belmiro Sousa responderam a muitas questões colocadas pelo deputado Soares Carneiro. Adiantou que se a 28 de dezembro, a Assembleia Municipal não tivesse deliberado pelo Resgate, não teria sido possível avançar, ainda em dezembro, com a candidatura e lançar já na próxima semana, o concurso público para que o avançar do saneamento, quer na Sobreira, quer em Recarei, fosse uma realidade ainda no presente mandato. Observou que o executivo já está habituado a fazer investimentos que há muitos anos deveriam ter sido feitos no Concelho de Paredes, sendo este mais um e fundamental investimento



de cerca de 1,5 milhões de euros em cada uma das freguesias, cuja comparticipação financeira é da ordem dos 900 mil euros para cada uma das candidaturas. Realçou que este investimento permitirá levar o saneamento a cerca de 600 fogos. Relativamente às questões colocadas pelo deputado **Soares Carneiro**, referiu que a colaboração do Município com os subsistemas vai ser total e ninguém vai retirar o que quer que seja aos subsistemas. Acusou o PSD de o ter feito aquando da concessão da água e do saneamento pois queriam, à revelia das juntas de freguesia, retirar-lhes o património já referido pelos presidentes de junta de freguesia de Recarei e da Sobreira. Lembrou que este património foi alcançado graças a um grupo de homens e mulheres que se juntaram nessas freguesias, uma vez que nem sequer havia água no sul do Concelho. Realçou que o que a Câmara se propõe fazer é aquilo que, afinal, já está a fazer e que é avançar com candidaturas para, desde já, se fazer o saneamento, independentemente, de serem os subsistemas a fazer a exploração da água. Observou que a Câmara Municipal está em condições de fazer candidaturas no futuro, em colaboração com os subsistemas, com vista à necessária renovação dos ramais de água. Lembrou o caso da freguesia de Beire que é uma freguesia do Norte do Concelho que, inconcebivelmente, não possui água canalizada e saneamento em parte alguma, dado que a Be Water informou que nos próximos 15 anos não faria investimentos, facto que considerou vergonhoso em pleno século XXI. Deixou claro que o que a Câmara Municipal está a fazer é reconquistar aquilo que nunca devia ter sido posto em causa, como o fez o anterior executivo, não respeitando os subsistemas como agora acontece com o atual executivo. No que concerne à questão colocada pelo deputado **Paulo Ranito**, esclareceu que a colaboração com os subsistemas tem sido total, tanto mais que é a própria Câmara Municipal que assume o envio das análises da água à ERSAR e assim continuará a ser no futuro. Agradeceu as palavras do deputado **Cristiano Ribeiro** que tem sido peremptório na abordagem à questão do Resgate, pois que, sabe bem que a única solução para se avançar com o saneamento no Concelho passa pela criação dos SMAS como já ficou sobejamente claro. Lamentou os comunicados irresponsáveis que candidatos a Presidente da Câmara têm posto a circular nos últimos dias, que apenas procuram a diversão em torno deste assunto, a que o executivo contrapõe com responsabilidade. Às questões colocadas pelo deputado **Albertino Borges**, agradeceu as palavras relativas à requalificação do Arraial há muito desejada e que é agora uma realidade, uma obra que dignifica Parada de Todeia. Acrescentou que novos investimentos se farão num futuro mandato, e que está consciente do muito que ainda há para fazer em Paredes, facto que o motivou a recandidatar-se. Referiu que a



nova ligação ao apeadeiro e a Rua Barbosa Leão são algumas das questões de que se ocupará no próximo mandato se os paredenses assim entenderem que o executivo está a fazer bem o seu trabalho e merece a recondução. Relativamente aos passeios entre Parada e Cete, revelou que após visita ao local dos técnicos da IP, no sentido de serem suprimidas algumas dúvidas existentes entre o projeto da Câmara Municipal e o entendimento destes, foi dado parecer positivo. Acrescentou que, assim sendo, a construção de passeios entre Parada de Todeia e Cete vai ser uma realidade, tal como está a ser por todo o Concelho com a construção de passeios que não precisam do parecer da IP. Às questões colocadas pela deputada **Ana Raquel**, referiu que em vez de diversão deveria existir mais responsabilidade, sendo que, a sua intervenção esbarra na irresponsabilidade. Por um lado, diz que a intervenção não depende dos presidentes de Câmara, mas por outro lado, quer imputar-lhes responsabilidades. Saliu que o executivo fez tudo o que estava ao seu alcance, tendo até sido pioneiro em algumas questões, como foi o investimento de cerca de 400 mil euros em computadores destinados a alunos carenciados, por forma a atenuar o impacto da pandemia no ensino junto das crianças. Realçou, ainda, a disponibilização imediata de postos de testagem, a instalação de um digno centro de vacinação no Pavilhão Rota dos Móveis que coloca o Concelho na linha da frente em tudo o que seja apoios no combate à pandemia. Afirmou que fica a sensação de que dava prazer à deputada do CDS-PP e a alguns outros deputados em função das suas intervenções, que a situação do concelho fosse pior do que é. Lembrou que Paredes é um Concelho com imensa população jovem e com muita indústria e que, por vezes, um caso numa indústria desencadeia, de imediato, alguma propagação que tem originado que o Concelho esteja acima dos valores pretendidos que já estão mais contidos. Adiantou que, rapidamente, Paredes vai progredir no desconfinamento. Relativamente ao POSEUR, disse que lhe parecia que, entre outros, a deputada Ana Raquel não terá ficado satisfeita com a aprovação das candidaturas e talvez lhes desse prazer que o Município fosse prejudicado. Considerou inadmissível a alguém que está na vida pública tecer comentários como aqueles que se ouviram. Garantiu que a Câmara Municipal agiu de forma transparente e salientou que foi pelo facto do POSEUR ter tido conhecimento de tudo que foi possível apresentar as candidaturas e deliberar sobre o Resgate e, posteriormente, ter conhecimento do parecer da ERSAR. Observou que o executivo está a fazer aquilo a que tem direito porque se no Douro mandam os durienses, em Paredes quem manda são os paredenses que legitimaram o executivo para deliberar pelo Resgate. Acrescentou que, quer os SMAS, quer o saneamento vão ser uma realidade em 2022, talvez com muita pena para alguns, pois que, uma vez



mais, está a fazer-se aquilo que nunca foi feito no passado. Revelou que estão já em curso alguns projetos de saneamento para parte de Recarei e Sobreira seguindo-se outros, nomeadamente para o saneamento no Parque Empresarial de Parada/Baltar e Cete, a ligação do saneamento de Bitarães a Lousada, o saneamento da Zona Industrial de Lordelo, o saneamento na Zona Industrial de Rebordosa, o saneamento entre Vandoma e Gandra entre outros. Observou que o executivo foi eleito para trabalhar pelo povo de Paredes e que é isso que está a ser feito e que, quem manda no saneamento agora é a Câmara Municipal, pelo que há que avançar com novas candidaturas. No que diz respeito à tarifa social da água, referiu que tudo o que a Câmara tinha que fazer foi feito. Sustentou que foi aprovado o Regulamento da Tarifa Social, foi satisfeita a exigência da Be Water na prestação de uma garantia bancária, pelo que o assunto está agora do lado desta que irá tarifar a água e o saneamento até dezembro. Lembrou que qualquer paredense com dificuldades económicas pode solicitar ajuda através dos apoios sociais, como é o caso da isenção do pagamento da taxa fixa da água e do saneamento. À questão colocada pelo deputado **Luís Baltar**, referiu que a revista é uma prestação de contas daquilo que o executivo municipal fez ao longo dos 3 anos de mandato. Considerou vergonhosa a abordagem do assunto por parte dos deputados do PSD e realçou que a Câmara Municipal não gastou um décimo daquilo que o anterior executivo gastou em revistas. Acrescentou que até podia ser editada periodicamente uma revista, como fazem muitos municípios, porém e dado o imenso trabalho executado, foi entendido que se deveria prestar contas aos munícipes, algo que os políticos deveriam fazer sucessivamente. Refutou a ideia de que o betão não interessa às pessoas, facto que não passa de pura demagogia, porque qualquer munícipe gosta de ter ruas transitáveis ou outras infraestruturas, como acontece em Cete com o Parque de Lazer ou em Vandoma com o Parque Urbano que vai ser lançado. Afirmou que tudo isto incomoda, pois que, nunca se viu em Paredes um tal volume de obras num primeiro mandato. Lembrou que apenas contarão 3 anos, porque durante um ano foi preciso resolver a trapalhada relacionada com o processo do OLAF que impediu a autarquia de aceder a fundos comunitários. Observou que se o PS sair vencedor das eleições, será possível fazer ainda mais no próximo mandato com uma *bazuca* que esteja ao lado do Município. Às questões colocadas pelo deputado **Jorge Oliveira**, referiu que só foi detetada a presença da legionela nas infraestruturas citadas porque o executivo cumpre a Lei. Acusou o anterior executivo de apenas efetuar análises nas piscinas, ou seja, de não cumprir a Lei, ao contrário do que agora acontece, em que são feitas análises em todos os equipamentos que mexem com água. Realçou o facto de estes equipamentos



terem estado encerrados devido à pandemia facto que originou o aparecimento da legionela e reiterou que se não fossem feitas análises, não existiam casos de legionela. Quanto às questões levantadas pelo deputado **Manuel Gomes**, referiu que já foram devidamente escalpelizadas as razões pelas quais o executivo discorda do parecer da ERSAR. Observou que aquele não é um parecer negativo, tão somente refere que não foi disponibilizada toda a informação para a emissão de um parecer favorável o que é diferente. Acrescentou que a Be Water não forneceu à ERSAR nenhum dos elementos que lhe foram solicitados, tal como consta do referido parecer, além de que a Câmara Municipal não foi sequer informada sobre os cálculos realizados pela ERSAR para discordar do Resgate. Relativamente ao facto de o deputado Manuel Gomes insistir em afirmar que os cálculos da Câmara Municipal estão errados, voltou a lançar o repto ao PSD para que apresente os seus cálculos, coisa que até agora não fez por incapacidade para tal. Referiu que não há dúvidas de que quem é cliente da Be Water vai passar a ser utente dos SMAS. Revelou a obtenção de mais um financiamento de 1,8 milhões de euros para uma intervenção no Parque do Rio Ferreira em Lordelo para revitalização e requalificação do Rio Ferreira, as suas margens e açudes e também o Parque Urbano. Destacou o acordo que foi feito com a APA e o intenso trabalho liderado pelo Vice-Presidente.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à Assembleia, para conhecimento, o relatório de atividades municipais e situação financeira do Município, o qual foi previamente remetido a todos os senhores deputados municipais.

2 - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARQUE DAS SERRAS DO PORTO - PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2020 - PARA CONHECIMENTO

Foram presentes à Assembleia, para conhecimento, os documentos de prestação de contas da Associação de Municípios Parque das Serras do Porto de 2020, os quais foram previamente remetidos a todos os senhores deputados municipais.



3 - CPCJ PAREDES - RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2020 - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à Assembleia, para conhecimento, o relatório de atividades 2020, da CPCJ Paredes o qual foi previamente remetido a todos os senhores deputados municipais.

4 - COMUNICAÇÃO DA ERSAR SOBRE O EXERCÍCIO DO DIREITO DE RESGATE DA CONCESSÃO E A CRIAÇÃO DOS SMAS DE PAREDES - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à Assembleia, para conhecimento, o parecer da ERSAR referente ao exercício do direito de resgate da concessão e a criação dos SMAS de Paredes, o qual foi previamente remetido a todos os senhores deputados municipais.

5 - CANDIDATURAS AO AVISO POSEUR-12-2020-14 REDE DRENAGEM ÁGUAS RESIDUAIS EM SOBREIRA E EM RECAREI - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à Assembleia, para conhecimento, uma informação relacionada com as candidaturas ao Aviso POSEUR-12-20920-14, referente à rede de drenagem de águas residuais em Sobreira e em Recarei, a qual foi previamente remetida a todos os senhores deputados municipais.

6 - ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 2020/12/19 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à Assembleia, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 2020/12/19, a qual foi previamente remetida a todos os senhores deputados municipais.

A Assembleia **aprovou por maioria**, dos 45 membros presentes, a *“ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 2020/12/19”*, com 39 votos a favor das bancadas do PS, PSD, CDS-PP e CDU e 6 abstenções dos deputados Maria Rita Ferreira Nunes, da bancada do PS e Jorge Miguel Campanhã Oliveira, Jorge Manuel Martins Jorge, Maria do Rosário da Silva Carvalho, Liliana Cristina Nunes Pacheco e António Carlos Pacheco da Silva, da bancada do PSD.



7 - ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 2020/12/28 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

A Assembleia **aprovou por maioria**, dos 45 membros presentes, a *“ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 2020/12/19”*, com 32 votos a favor das bancadas do PS, PSD, CDS-PP e CDU e 13 abstenções dos deputados, José Carlos Moreira da Silva, da bancada do PS, Cristina Maria Valente Monteiro, Manuel de Almeida Vieira, Cristiano Marques da Costa, Joaquim Moreira Bessa, Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes, Jorge Manuel Martins Jorge, Paulo Faustino Ribeiro Pinheiro, Maria do Rosário da Silva Carvalho, Liliana Cristina Nunes Pacheco, Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito, Américo Manuel de Oliveira e Castro e António Carlos Pacheco da Silva, da bancada do PSD.

8 - ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 2021/02/19 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

A Assembleia **aprovou por maioria**, dos 45 membros presentes, a *“ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 2021/02/19”*, com 40 votos a favor das bancadas do PS, PSD, e CDU e 5 abstenções dos deputados, Adélio Ribeiro Soares Magalhães, da bancada do PS, Ana Raquel Gomes Coelho da bancada do CDS-PP, Maria do Rosário da Silva Carvalho, Liliana Cristina Nunes Pacheco e António Carlos Pacheco da Silva da bancada do PSD.

9 - 9ª MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO ANO 2021 - 2ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA - 2ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA - 2ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA - 1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS - 2ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ANOS SEGUINTEs - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Soares Carneiro (PSD) - Lembrou que o PSD votou contra o orçamento porque é um orçamento eleitoralista, despesista e pouco amigo das famílias e das empresas como ficou provado com o brutal aumento de impostos comparativamente ao ano de 2017. Acrescentou que é também um



orçamento ilusionista porque aquando da sua aprovação já continha uma verba de 14,9 milhões de euros da venda de ativos financeiros que era uma perfeita ilusão, uma falsidade, uma fraude. Alertou para o facto de, numa conferência de imprensa dada em 29 janeiro de 2014, o Partido Socialista presidido pelo candidato Alexandre Almeida, apresentou uma queixa-crime contra o anterior Presidente da Câmara por este ter no orçamento receitas fictícias, o que constituía uma fraude, porque inexistentes. Adiantou que além dos 14,9 milhões de euros, é acrescentada mais uma receita de 1,9 milhões de euros da venda de ativos financeiros que não existem, são fictícios e servem apenas para justificar o aumento da despesa. Salientou que a estas verbas acrescem os 2,35 milhões de euros que resultaram da incorporação do saldo da gerência de 2020, pelo que este é um orçamento que não pode merecer nunca a aprovação do PSD, dado ser completamente desajustado da realidade. Acusou o Presidente da Câmara de, descaradamente e sem nenhum pudor, fazer aquilo que andou a acusar o anterior Presidente da Câmara de fazer. Observou que também defende que todas as freguesias têm de ter água e saneamento e que essa é uma missão que a Câmara tem de assegurar e porque o PSD não queria dar nem mais 1 cêntimo à Be Water defendeu a Resolução em vez do Resgate. Referiu que de acordo com o Plano Plurianual de Investimentos, o que os Presidentes da Junta de Freguesia de Recarei e Sobreira podem esperar em investimento em saneamento neste ano de 2021, são 320 e 306 mil euros respetivamente. Observou que 1,5 milhões de euros são só para 2022 e que é preciso ser-se claro e falar com verdade às populações destas freguesias que merecem estas obras e o mais rápido que for possível.

Rui Silva (PS) – Referiu que a proposta ora em análise visa a incorporação de uma previsível venda no Parque Empresarial de Baltar e a distribuição dessa verba em obras que não são usuais. Observou que falar-se de ilusão nos contratos interadministrativos, na compra de terrenos para habitação social e outras obras, como a execução de passeios, só poderia merecer a aprovação do Partido Socialista. Realçou que a presente proposta mereceu a aprovação unânime da Câmara Municipal, facto demonstrativo de um PSD a duas vozes e com uma dissonância total relativamente às políticas para o Concelho. Afirmou que enquanto os vereadores do PSD optam por adotar, por vezes, uma postura construtiva e de apoio à ação do executivo, na Assembleia Municipal, o PSD opta unicamente por uma política destrutiva que tem sido presenciada pelos paredenses.



Presidente da Câmara – Referiu que o deputado Soares Carneiro está completamente errado e enganado naquilo que transmite e que com a sua veia de advogado tenta por todos os modos convencer mesmo daquilo que sabe que não é verdade. Realçou que foi o atual executivo que pela primeira vez baixou o IMI que estava quase no valor máximo 0,4%, para o valor mínimo de sempre de 0,3% e que é isto que interessa aos paredenses. Deu como exemplo o facto de a uma casa no valor de 100 mil euros equivaler o pagamento de 400 euros de IMI com o anterior executivo e agora passar a pagar 300 euros. Realçou que o Município perdeu 8 milhões de euros de receita de IMI, menos 25% de receita, entre 2017 e 2021, facto que pode custar a ouvir, mas que é a realidade. Relativamente aos 1,7 milhões de euros, esclareceu que uma parte provem das candidaturas do POSEUR a ser executadas no presente ano. Observou que a gerir o Parque Empresarial de Parada/Baltar estava uma empresa sem qualquer dinamismo e em que 46% eram da Câmara Municipal, pertencendo a maioria à AEPortugal. Referiu que o executivo municipal entendeu que para dinamizar aquele Parque Empresarial os terrenos tinham de ser pertença do Município e teria que ser este a gerir todo o Parque Empresarial. Revelou que o Parque Empresarial de Parada/Baltar é agora pertença exclusiva da Câmara Municipal tendo sido vendidos todos os terrenos disponíveis, o último dos quais por uma verba de 400 mil euros e estando em vista a venda de um outro pela quantia de 500 mil euros. Esclareceu que são estes valores que vão ser refletidos no orçamento e adiantou que foi apresentada uma candidatura para avançar com uma nova fase de expansão do Parque Empresarial de Parada/Baltar em que os 8 lotes de terreno neste momento já estão com contratos de promessa “compra e venda”. Destacou o excelente trabalho realizado nesta área pelo vereador Elias Barros que tem posto ao dispor da Câmara Municipal de Paredes todo o seu *know how* de empresário ligado à indústria e com isso tem conseguido atrair cada vez mais empresas para a Zona Industrial de Parada/Baltar. A propósito das obras de saneamento nas freguesias de Recarei e da Sobreira, afirmou que o executivo municipal não ilude ninguém e que o deputado Soares Carneiro já tinha obrigação de saber como é que as coisas funcionam. Esclareceu que após a aprovação das candidaturas, é lançado o respetivo concurso público que dura no mínimo 1 mês, pelo que só em junho será assinado. Por sua vez o contrato que terá de ser submetido ao visto prévio do Tribunal de Contas pelo que apenas em setembro haverá uma resposta, restando apenas 3 meses para fazer as obras. Realçou que obviamente não é possível realizar 1,5 milhões de euros de obras ainda em 2021 e que a Câmara Municipal estima fazer cerca de 25% do referido investimento ainda no presente ano,



para o que providenciou 300 mil euros para cada uma das freguesias, sendo o resto realizado em 2022. Disse esperar o reconhecimento dos paredenses por forma a que seja o PS a gerir as citadas obras e reiterou que a transparência é total e que uma vez mais o deputado Soares Carneiro perdeu uma oportunidade para não mentir aos paredenses, mas que este é um hábito que já não surpreende.

Soares Carneiro (PSD) – Acusou o Presidente da Câmara de gostar muito de atacar os outros acusando-os de falsear a verdade e perguntou, entretanto: É verdade ou não que previu a venda de 14,9 milhões de ativos financeiros que é uma ilusão? É ou não é verdade que a diminuição da receita do IMI em relação a 2017 foi de 394 mil euros como ficou demonstrado aquando da discussão do orçamento e que passou a afirmar que era de 2 milhões de euros/ano? É ou não verdade que o IRS subiu 900 mil euros em relação a 2017? É ou não verdade que ao todo, entre 2018 e 2021 houve um acréscimo de receitas fiscais de 5,28 milhões de euros entre 2018 e 2021? Acrescentou que quem mentiu e mente descaradamente aos paredenses é o Presidente da Câmara que é um ilusionista e um malabarista dos números, que não gosta de discutir e de ouvir as verdades.

Presidente da Câmara – Reiterou que o deputado Soares Carneiro insiste em dizer mentiras e lembrou que foi o anterior executivo quem colocou no orçamento a verba de venda de ativos. Acrescentou que quem baixou o IMI de 0,4% para 0,3%, menos 25% foi o atual executivo e realçou que a presente alteração orçamental simplesmente reflete a venda de ativos relativa à Zona Industrial de Parada/Baltar, assim como a incorporação dos fundos comunitários. Justificou o aumento da receita com o facto de o executivo ter sido capaz de utilizar fundos comunitários que o anterior executivo desde 2016 não foi capaz de utilizar. Observou que quando forem discutidas as contas do Município relativas ao ano de 2020, o deputado Soares Carneiro terá oportunidade de verificar que, uma vez mais, o passivo vai baixar, apesar de nelas se incluir também o valor do empréstimo de 21 milhões de euros para pagamento do Resgate. Salientou que o passivo baixa porque a Câmara Municipal conseguiu fazer obras com fundos comunitários, coisa que o PSD não conseguiu fazer, daí o aumento das receitas.

Nota: Nesta altura, por vários deputados foi contestada a decisão do Presidente da Mesa em



conceder pela segunda vez a palavra ao deputado Soares Carneiro depois da explicação dada pelo senhor Presidente da Câmara à sua primeira intervenção. O presidente da mesa explicou que o deputado tinha o direito de intervir de acordo com o estipulado no art.º 22º do Regimento da Assembleia Municipal de Paredes visto que não tinha excedido o tempo de intervenção de 10 minutos na primeira intervenção, nem a sua bancada tinha excedido o seu tempo de intervenção, (art.º 22º do Regimento da Assembleia Municipal de Paredes).

Presidente da Assembleia - Dada a retirada do senhor 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, convidou a deputada Marta Martins para ocupar o lugar de 2ª secretária, passando a deputada Luísa Tadeu, 2ª secretária, a ocupar o lugar de 1ª secretária da Mesa.

A Assembleia aprovou por maioria, dos 44 membros presentes, a *“proposta para a 9ª modificação ao orçamento ano 2021 - 2ª alteração modificativa - 2ª alteração modificativa ao orçamento da receita - 2ª alteração modificativa ao orçamento da despesa - 1ª alteração modificativa ao Plano de Atividades Municipais - 2ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e anos seguintes”*, com 26 votos a favor das bancadas do PS e da CDU e dos deputados, Cristiano Marques da Costa, José Augusto da Silva Borges e Américo Manuel de Oliveira e Castro, da bancada do PSD, 12 votos contra das bancadas do PSD e do CDS-PP e 6 abstenções dos deputados, Paulo Faustino Ribeiro Pinheiro, Maria do Rosário da Silva Carvalho, Liliana Cristina Nunes Pacheco, António Manuel de Bessa Oliveira, Fernando Nuno Leal Lamas Serra e António Carlos Pacheco da Silva, da bancada do PSD.

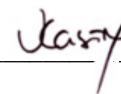
Declaração de voto do deputado Cristiano Ribeiro (CDU) - Justificou que a bancada da CDU votou a favor porque, de facto, compreende as razões de equilíbrio orçamental e de acima de tudo está ciente de que as responsabilidades da gestão da autarquia em tudo o que diz respeito a investimentos e objetivos estratégicos são devidos aos atuais gestores da Câmara Municipal que respondem por mandato popular. Votou a favor também porque a CDU não está disponível para operações de chicane política tal como tem acontecido. Defendeu que não devem ser referidas posições tomadas na Comissão de Representantes dado que as mesmas não foram objeto de discussão e muito menos de votação e que são opiniões estritamente pessoais do Presidente da Assembleia Municipal e de alguns representantes partidários. Realçou que a CDU nunca esteve



de acordo na discussão repetida de temas tal como é proposto pelo deputado Soares Carneiro.

10 - PROPOSTA PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA “PAGAMENTO DO PREÇO DO RESGATE DA CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO PÚBLICO E DE RECOLHA, TRATAMENTO E REJEIÇÃO DE EFLUENTES DO CONCELHO DE PAREDES” ATÉ AO MONTANTE DE € 21.013.923. - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Ana Raquel (CDS-PP) – Referiu que é de todos conhecida a posição do CDS-PP relativamente ao processo de Resgate e ao comportamento irresponsável do Presidente da Câmara na forma como tem tratado o mesmo, um processo que deve um bocado à transparência, que pode estar a enganar as populações, o que muito preocupa o CDS. Salientou que em função do que foi dito pelo Presidente da Câmara se pode assumir, desde já, como ponto assente que as cooperativas que gerem os subsistemas de água no Sul do Concelho passam integrar os SMAS. Entretanto, colocou as seguintes questões: Se as cooperativas vão perder alguma vantagem que usufruem presentemente relativamente ao preço da água e se, perdendo essa vantagem, terão a desvantagem ou se pagarão o mesmo que os restantes paredenses que já pagaram dos custos de ligação às redes de saneamento? Como é que se endivida o Município em mais de 20 milhões de euros quando não se sabe quanto vai custar o Resgate? Porque é que a Câmara Municipal se vai endividar já? Quando é que este valor será depositado nas contas da Be Water ou terá que o ser apenas em dezembro deste ano? Porque é que vai começar já a pagar juros, sem necessidade nenhuma, a partir do próximo mês de junho? Se até dezembro houver uma decisão do Tribunal de suspender a decisão do Resgate, o que é que vai acontecer a este dinheiro? Se já está emprestado e está, será alocado a quê, servirá para quê? Porque razão é apresentado um endividamento espartilhado por 2 entidades bancárias? Quem empresta 10,5 milhões ao melhor preço não emprestaria também pelo mesmo *spread* ou ainda mais baixo a totalidade do empréstimo? Será isto sintomático da debilidade financeira do Município que provavelmente poderá estar a ser escondida? O Presidente da Câmara garante que o Resgate vai custar apenas os 22 milhões de euros anunciados? Caso não aconteça, o Presidente da Câmara assume que daí retirará as suas responsabilidades políticas e assume que enganou toda a gente?



Belmiro Sousa – Presidente da Junta de Freguesia de Recarei (PS) – Afirmou que a deputada Ana Raquel está muito desatenta nas assembleias municipais porque não percebeu que o senhor Presidente da Câmara já esclareceu que os subsistemas de distribuição da água vão continuar a fazer o seu trabalho. Agora até já se preocupa com os subsistemas de Recarei, da Sobreira e de Gandra o que não acontecia antes. Lamentou que a deputada em questão tivesse abandonado a sessão extraordinária de 28 de dezembro o que considerou ser uma falta de caráter.

Rui Silva (PS) – Referiu que a Dr^a Ana Raquel não abandonou a Assembleia embora a coligação já estivesse a ser congemina não estava, na altura, efetivada e que apenas o PSD abandonou a referida sessão. Recordou que nessa sessão foi aprovado o Resgate e que o valor do mesmo pode ser consultado, já foi amplamente explicado e está alicerçado em cláusulas especialmente segundo a cláusula 17 e desafiou o PSD a fazer as suas contas e a apresentá-las. Observou que este é um valor que terá de ser pago e que o BPI entendeu apresentar uma proposta apenas para o empréstimo de 50% do valor, mas que outras entidades, nomeadamente a Caixa Geral de Depósitos, se prontificou a emprestar a totalidade do dinheiro. Observou que se isto significa que a Câmara está com dificuldades financeiras, o que será então estar com dificuldades financeiras, talvez a fase do PAEL para financiar a Câmara no tempo do PSD. Saliu que apesar do empréstimo ora em discussão vir a ser incorporado nas contas de 2020, o défice baixou o que era sinal de que o Município está no bom caminho ao assumir a reversão como tem condições por parte das entidades bancárias para a obtenção do financiamento solicitado.

Defesa da honra da deputada Ana Raquel (CDS-PP) – Esclareceu que o Presidente da Junta de Freguesia não a conhece e como tal não está em condições de pôr em causa o seu caráter devendo-lhe o respeito que deve a qualquer pessoa. Disse ter interpretado a acusação de abandono como sendo de abandono à presente sessão da Assembleia Municipal, pelo facto de ter desligado a câmara. Esclareceu que o fez por circunstâncias familiares que não tinha que expor. Relativamente à coligação afirmou que, de facto, ainda não estava negociada e que ainda que estivesse em andamento, a mesma não lhe turva o pensamento, nem tão pouco punha em causa a sua liberdade de atuação.

Presidente da Câmara – Referiu que o valor do Resgate teve por base o contrato e que o facto de a Câmara Municipal ter a sua situação financeira devidamente controlada fez com que todas as instituições bancárias consultadas apresentassem propostas. Após concurso público foi



adjudicado a quem fez o melhor preço para 10 milhões de euros e o restante foi adjudicado a outra entidade bancária. Esclareceu que não serão pagos juros desde já, pois que, após a sua aprovação, o contrato seguirá para o Tribunal de Contas e que havendo um acordo com a Be Water, o valor em causa será imediatamente colocado à sua disposição. Acrescentou que na falta de acordo, o valor será depositado à ordem da Be Water a 31 de dezembro de 2021 discutindo-se posteriormente o valor final noutra sede. Afirmou que ninguém vai tomar conta dos subsistemas e que existe uma colaboração total com estes. Garantiu ainda que os investimentos previstos iriam avançar sem alteração do preço da água e do saneamento, ao contrário do que aconteceria com a concessionária que só estaria disposta a fazer mais investimentos no futuro se a Câmara autorizasse o aumento do preço das tarifas de água e saneamento.

A Assembleia **aprovou por maioria**, dos 44 membros presentes, a *“proposta para a contratação de empréstimo de médio e longo prazo para “pagamento do preço do resgate da concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do Concelho de Paredes” até ao montante de € 21.013.923”*, com 26 votos a favor, das bancadas do PS e da CDU e dos deputados, Cristiano Marques da Costa, José Augusto da Silva Borges e Américo Manuel de Oliveira e Castro, da bancada do PSD, 12 votos contra das bancadas do PSD e do CDS-PP e 6 abstenções dos deputados, Paulo Faustino Ribeiro Pinheiro, Liliana Cristina Nunes Pacheco, António Manuel de Bessa Oliveira, Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito, Fernando Nuno Leal Lamas Serra e António Carlos Pacheco da Silva, da bancada do PSD.

Declaração de voto da deputada Ana Raquel (CDS-PP) – Referiu que o CDS votou contra pelo facto de a Câmara Municipal se endividar já começando a pagar juros quando o valor só será depositado em dezembro de 2021. Votou contra porque está a ser ignorada a possibilidade de até dezembro haver uma decisão do Tribunal que suspenda a deliberação da Assembleia Municipal que decidiu pelo Resgate. Votou contra porque caso haja essa decisão, desconhece onde se vai utilizar o montante emprestado.

Declaração de voto do deputado Cristiano Ribeiro (CDU) – Afirmou que a CDU votou a favor pelas mesmas razões contrárias às razões porque uma parte do PSD votou contra.

Declaração de voto do deputado Manuel Gomes (PSD) – Referiu que em conformidade com as



posições assumidas em anteriores assembleias, o PSD votou contra porque não concorda com o procedimento do Resgate da concessão.

Presidente da Assembleia – Sendo zero horas e seis minutos, colocou à consideração do Plenário a continuidade dos trabalhos, tendo o mesmo decidido, **por unanimidade**, pela sua prossecução.

Presidente da Assembleia – Propôs que os pontos 11 a 19 inclusive fossem discutidos e votados em conjunto, proposta que mereceu a **aprovação unânime** do Plenário.

11 - DOAÇÃO DE VIATURA À FREGUESIA DE RECAREI - APROVAÇÃO DO CONTRATO DE DOAÇÃO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

12 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE SOBROSA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

13 - 2ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO COM A FREGUESIA DE PARADA DE TODEIA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

14 - RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE REBORDOSA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

15 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE BEIRE - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

16 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE LOUREDO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

17 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE RECAREI - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO



18 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE SOBREIRA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

19 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE SOBROSA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Américo Castro - Presidente da Junta de Freguesia de Sobrosa (PSD) - Relativamente ao ponto 12, referiu que a aquisição do terreno era um sonho de há muitos anos da Vila de Sobrosa. Agradeceu o excelente trabalho da equipa que o acompanha, bem como ao executivo municipal na pessoa do Presidente da Câmara, o esforço e a colaboração prestada à Junta de Freguesia de Sobrosa. Igualmente agradeceu ao proprietário do terreno o facto de ao longo de tantos anos o ter disponibilizado à freguesia, fosse em que situação fosse.

Albertino Borges - Presidente da Junta de Freguesia de Parada de Todeia (CDU) - Relativamente ao ponto 13, afirmou que a retificação em causa permite a inclusão da resolução de algumas deficiências resultantes da antiguidade do edifício sede da Junta de Freguesia. Considerou que este não deixa de ser um sinal claro de que será feito um esforço no sentido da modernização e funcionalidade do edifício em questão, conferindo-lhe a dignidade compatível com um edifício público. Agradeceu à Câmara Municipal a abertura demonstrada com vista à resolução deste problema.

João Gonçalves - Presidente da Junta de Freguesia da Sobreira (PS) - Referiu que está na política para a servir com lealdade e com franqueza. Acrescentou que quando faz uma afirmação a propósito de qualquer ato se torna evidente que tem de ser levada em consideração pelo que não gosta de ser posto em causa em questões essenciais como aquelas a que se tem referido. Agradeceu e reconheceu a diferença com que o Presidente da Câmara trata as freguesias, comparativamente à experiência que viveu no primeiro mandato com a presidência do PSD. Agradeceu o facto de o Presidente da Câmara ter reconhecido o facto de a obra ter sido feita de forma errada com princípios e com bandeiras não tratadas que ao fim de 5 anos estava completamente apodrecida e que agora poderá restaurar e recuperar. Disse orgulhar-se destes gestos e da significativa mudança que se verificou no Concelho de Paredes a qual ficará para a



história, com um bom Presidente que olha para as freguesias reconhecendo-lhes o investimento de que elas tanto padecem.

José Borges - Presidente da Junta de Freguesia de Louredo (PSD) - Referiu que o primeiro contrato de delegação de competências ajudou a transformar a freguesia de Louredo com infraestruturas de qualidade necessárias ao bem estar e qualidade de vida da população. Acrescentou que a verba em questão foi devidamente aplicada e fiscalizada pelos técnicos do Município que o aconselharam também nas questões relacionadas com a obtenção do melhor orçamento no sentido do cumprimento daquilo com que estava comprometido. Manifestou a sua satisfação pela celebração de um novo contrato interadministrativo de delegação de competências e manifestou a sua esperança em que, com esta verba, o Parque de Lazer de Louredo que se iniciou há 4 anos, seja finalmente inaugurado, tal como aconteceu com o Parque de Lazer de Cete. Sublinhou que este novo contrato permitirá ainda a conclusão de um vasto leque de obras que são essenciais para o progresso da freguesia de Louredo e que se identifica com as palavras do Presidente de Junta de Freguesia da Sobreira. Realçou que o dinheiro mencionado nos respetivos contratos não está nos cofres das juntas de freguesia como se ouve dizer, dado que antes disso, há todo um trabalho de rigor, competência e transparência pelo que é grave que se diga que o dinheiro está nos cofres das juntas de freguesia. Adiantou que toda a gente sabe como as coisas funcionam e desejou que assim continuem a funcionar, pois que, funcionam bem. Agradeceu ao presidente da Câmara a forma transparente com que acredita nos presidentes de Junta de Freguesia que têm provado que sabem aplicar o dinheiro que lhes é disponibilizado.

Belmiro Sousa - Presidente da Junta de Freguesia de Recarei (PS) - Relativamente ao ponto 11, agradeceu ao Presidente da Câmara a disponibilidade evidenciada para a cedência de uma viatura à freguesia de Recarei que será posta ao serviço do setor da limpeza da freguesia. Agradeceu ao Presidente da Câmara a disponibilidade para a celebração do contrato referido no ponto 17 o qual permitirá a execução de obras essenciais na freguesia de Recarei. Adiantou que, de facto, as verbas em causa não estão nos cofres da Junta de Freguesia e destacou que, até lá, há todo um procedimento que tem que ser levado a cabo, tal como referiu o deputado José Borges.

Presidente da Câmara - Referiu que todos estes apoios são o reflexo da política que tem sido seguida desde o início do mandato, quer para juntas de freguesia lideradas pelo PS, quer para as lideradas pela PSD ou pela CDU. Aproveitou para refutar a acusação de um deputado quando



disse que o executivo não dialogava com os presidentes de junta ao contrário do que acontecia no passado com alguns presidentes de junta que nem sequer um saco de cimento receberam. Lembrou o caso do vereador Elias Barros que, ao longo de 8 anos como Presidente da Junta de Freguesia de Rebordosa, nunca teve qualquer colaboração da Câmara Municipal. Observou que este é procedimento para manter dado que daí tem resultado obra para servir os interesses da população.

A Assembleia **aprovou por unanimidade** dos 44 membros presentes, as *“propostas de doação de viatura à freguesia de Recarei, bem como a respetiva minuta do contrato de doação, a atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Sobrosa, a 2ª retificação ao Contrato de Cooperação celebrado com a freguesia de Parada de Todeia, a retificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na freguesia de Rebordosa e os contratos interadministrativos de delegação de competências nas freguesias de Beire, Louredo, Recarei, Sobreira e Sobrosa.”*

20 - CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO BAR E ESPLANADA DA PISCINA AO AR LIVRE DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

A Assembleia **aprovou por maioria** dos 44 membros presentes, *“as peças de procedimento para a concessão do direito de exploração do bar e esplanada da Piscina ao Ar Livre de Paredes, bem como o respetivo caderno de encargos”*, com 43 votos a favor das bancadas do PS, PSD e da CDU e 1 abstenção da bancada do CSD-PP.

21 - SEGUNDA ALTERAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE PAREDES - PONDERAÇÃO E APROVAÇÃO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Ana Raquel (CDS-PP) – Referiu que o documento em análise, indica o que é andar ao sabor do vento, pois que, ainda não se sabe o que vai ser construído, é permitido alterar a capacidade de construção para o limite máximo. Acrescentou que a exemplo do que o CDS já condenou noutras assembleias municipais, todos estão fartos de ver prédios encavalitados no meio da cidade de Paredes, alguns deles feitos com tanta voracidade pelo lucro que o sol nem lhes consegue dar luz. Observou que também a proposta que se apresenta para a zona do Parque da

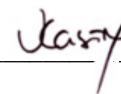


Cidade é para o CDS um emaranhado de trocas e baldrocas que logo se vê que vai resultar numa zona habitacional. Adiantou que, como se não bastasse a sucessiva redução do já pequeno Parque da Cidade, cada vez mais cercado por cimento e a continuar a afastar os moradores da cidade, para irem para os concelhos vizinhos fazer as suas caminhadas saudáveis como está a acontecer. Salientou que, não obstante a boa notícia de 1,8 milhões de euros para a recuperação do Rio Ferreira, pelo menos por enquanto, nem os parques ribeirinhos de Rebordosa podem ser uma escolha, tal foi o abandono e a quantidade de crimes ambientais que o executivo tem ignorado. Referiu que apesar de tantas promessas e todas elas por cumprir até agora, de facto, se venha a concretizar esse investimento anunciado pelo Presidente da Câmara.

Soares Carneiro (PSD) – Afirmou que, não obstante ter solicitado mais documentos na segunda-feira, só esta manhã foram os mesmos rececionados e levantam ainda maiores dúvidas e perplexidades aos deputados do PSD. Acrescentou que o que está em causa é uma urgência que não se percebe, quando a Câmara está numa revisão mais ampla do PDM, estar a rever parcialmente o Plano de Urbanização que também vai ter que rever mais amplamente depois de revisto o PDM. Salientou que esta é uma operação em que se dispensa expressamente a avaliação ambiental estratégica e que, na prática, se consuma num aumento de toda a construção que se vier a fazer no futuro. Observou que tudo o que ficar a nascente da Avenida Granja da Fonseca, passa dos atuais R/C mais 6 para R/C mais 7 e que até já se diz pela cidade de Paredes que, brevemente, vai existir o bairro para os habitantes de etnia cigana e que haverá o bairro dos ricos que fica próximo do Parque da Cidade. Adiantou que independentemente do que se diz, não parece justificável a nenhum título e parece até muito pouco transparente com os últimos documentos enviados, o aumento da cêrcea de R/C mais 6 para R/C mais 7 em toda a zona nascente da Avenida Granja da Fonseca. Realçou a necessidade de se aprofundar este assunto e se perceber quais as motivações, pois que se está a falar de milhões de euros em áreas de construção, num processo muito pouco transparente. Defendeu que não há rigorosamente nenhuma urgência no assunto ora em discussão pelo que a bancada do PSD não poderá votar a favor.

Rui Silva (PS) – Referiu que foi pelos motivos apresentados pelo deputado Soares Carneiro que o PSD decidiu votar a favor, na Câmara, esta alteração ao Plano de Urbanização da Cidade de Paredes.

Presidente da Câmara – Referindo-se à intervenção da deputada Ana Raquel, defendeu que para

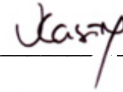


se fazer oposição não é preciso estar-se sempre a dizer mal, pois que, sempre que intervém é para dizer mal. Lamentou que a deputada em causa tenha dito que não percebe o que se vai fazer no espaço da antiga Adega Cooperativa quando já há um projeto aprovado para um Auditório e um Centro de Congressos, cujo concurso aguarda pelo visto do Tribunal de Contas. No que diz respeito às dúvidas do deputado Soares Carneiro, esclareceu que o que a Câmara Municipal fez foi para salvaguardar o Parque da Cidade e o seu crescimento, dado que a alteração abrange várias zonas de Paredes, coisa que os anteriores executivos não fizeram. Acrescentou que conforme consta da informação, no passado foi feito um protocolo com quem cedeu os terrenos para a construção do Parque da Cidade no qual consta que se podiam edificar prédios em todo o limite esquerdo do parque quando já existem prédios do lado direito. Contrariamente ao que diz o senhor deputado Soares Carneiro esta alteração, conseguida com o atual proprietário, impedirá que tal aconteça. Realçou que do lado esquerdo da rotunda vai nascer uma expansão do Parque da Cidade, o que não aconteceria se não fosse feito o protocolo, pois que, seria edificado um prédio. Adiantou que a fisionomia dos prédios que vão nascer do lado direito foi salvaguardada para não tapar a zona da rotunda onde está a bandeira.

A Assembleia **aprovou por maioria** dos 44 membros presentes, a *“proposta para a segunda alteração do Plano de Urbanização da Cidade de Paredes.”*, com 28 votos a favor das bancadas do PS e da CDU e dos deputados, Cristiano Marques da Costa, Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito, Fernando Nuno Leal Lamas Serra, José Augusto da Silva Borges e Américo Manuel de Oliveira e Castro da bancada do PSD, 15 votos contra das bancadas do PSD e do CDS-PP e 1 abstenção do deputado Paulo Faustino Ribeiro Pinheiro da bancada do PSD.

Declaração de voto do deputado Soares Carneiro (PSD) – Referiu que não estando justificada a urgência da revisão do Plano de Urbanização da Cidade de Paredes, não estando clarificada a razão porque se vai aumentar a capacidade construtiva, nomeadamente a cêrcea de toda a zona situada a nascente da Avenida Granja da Fonseca, de R/C mais 6 para R/C mais 7, máximo previsto no PDM e sendo todo este processo muito pouco transparente, o PSD não podia ter outra posição que não fosse a de votar contra.

Declaração de voto do deputado António Neto (PS) – Referiu que o PS votou favoravelmente porque a correção apresentada não permite a construção em altura do lado esquerdo da rotunda,



o que é um enorme benefício para Paredes e porque era isso que estava previsto fazer-se no que redundava numa aberração. Sublinhou que espera que o aumento seja para a diminuição da construção em termos de área terrestre que já estava aprovada.

Declaração de voto da deputada Ana Raquel (CDS-PP) – Afirmou que o CDS votou contra por, mais uma vez, entender que o que está em causa está empacotado sob o argumento de dar com uma mão aquilo que tira com a outra. Acrescentou que o que está em causa é cercar o Parque da Cidade com mais cimento em benefício da especulação imobiliária.

22 - JAPIMOBILI - GESTÃO IMOBILIÁRIA, SA - RECONHECIMENTO COMO EMPREENDIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Presidente da Câmara – Referiu que a empresa JAP é um grande investidor que tem apostado forte no Concelho de Paredes e que até já adquiriu um terreno na Zona Industrial de Parada/Baltar e que necessita de criar um parque de estacionamento tal como vem retratado nos documentos disponibilizados. Observou que o referido parque de estacionamento visa evitar eventuais acidentes graves no local dado o enorme fluxo de funcionários. Esclareceu que para que esta operação se efetue, será necessário desafetar o terreno ao lado que está em Reserva Agrícola, uma operação na qual o executivo não vê qualquer inconveniente, pois que é uma mais valia para o Concelho a continuidade deste grupo investidor.

Cristiano Ribeiro (CDU) – Afirmou que em coerência com intervenções anteriores, quer no anterior, quer no atual mandato, a CDU vai abster-se por não concordar com este estatuto de interesse municipal. Sustentou que o conceito é demasiado subjetivo e não se compreende como é que se colocam os interesses de uma qualquer administração com o estatuto de interesse municipal quando se sabe e se percebe que as empresas têm de funcionar nas condições previstas na Lei e nas condições concretas de instalação. Observou que a CDU não concorda com o facto de se poder atribuir, por razões leves, tal estatuto porque, de facto, cria uma discricionariedade e uma desigualdade sem sentido, como no passado muitas vezes se verificou. Defendeu que os autarcas devem ser equidistantes dos interesses, por mais legítimos que possam ser para os interessados, pois que, são os defensores da causa pública e da legalidade.



Belmiro Sousa – Presidente da Junta de Freguesia de Recarei (PS) – Manifestou a sua satisfação pelo facto de a Câmara Municipal ter o poder de declarar o interesse municipal quando necessário, o que é um mais-valia para o Concelho de Paredes. Referiu, ainda, não ver qualquer inconveniente na aprovação do solicitado.

Ana Raquel (CDS-PP) – Referiu que o CDS não está em condições de tomar uma posição fundamentada por não terem sido disponibilizados elementos suficientes para se verificar se há ou não interesse público. Acrescentou que o CDS vai abster-se na votação sobretudo porque teme que o recurso a esta figura seja uma forma de obstar alterações no PDM e outros regulamentos aprovados anteriormente e acelerar processos que eventualmente possam enfermar de ilegalidades.

Soares Carneiro (PSD) – Considerou que o presente assunto é mais ou menos a mesma coisa que o licenciamento supersónico do processo relacionado com a residência universitária em Gandra, que entrou e foi despachado no mesmo dia. Revelou que o PSD solicitou mais documentos, nomeadamente o requerimento, no sentido de saber qual a data de entrada do pedido, documento esse que não foi disponibilizado, mas sim um email com uma justificação. Realçou que este é também um outro processo supersónico que deu entrada no dia 14 de abril de 2021, no dia 15 de abril foi informado pela técnica, foi despachado pelo vereador do Pelouro Dr. Francisco Leal no dia 16 de abril e no mesmo dia foi despachado pelo Presidente da Câmara, tendo sido presente à reunião de Câmara de 21 de abril e à presente sessão da Assembleia Municipal. Questionou se os processos de licenciamento dos paredenses são todos tratados da mesma forma e se são decididos no mesmo dia? Defendeu que todos os paredenses devem usufruir de tratamento igual, mas que, tal como faz com os presidentes de junta, a Câmara Municipal tem um tratamento patentemente desigual e que não abona em nada a favor do Município de Paredes. Salientou que o presente processo não deve ser o único, pois que, outros poderão existir só que estão escondidos. Sublinhou que os paredenses deverão exigir o mesmo tratamento de 15 dias na resolução dos seus assuntos e que subscreve na íntegra as palavras do deputado Cristiano Ribeiro. Discordou do facto de se dizer que a empresa tem urgência no assunto até porque adquiriu o terreno em 2020 e poderia perfeitamente ser incluído na alteração ao Plano de Urbanização anteriormente aprovado. Realçou que o PSD reconhece que a JAP é uma mais-valia para o Concelho de Paredes e, nesse sentido, abster-se-á. Sublinhou que a empresa não tem outra possibilidade de crescer senão para a Reserva Agrícola e para a Reserva Ecológica e, ainda assim, a mudar de sítio, Paredes arrisca-se a



ficar sem a JAP, pelo que não se deverá correr esse risco.

Rui Silva (PS) – Afirmou que a única ilegalidade que vislumbrava neste processo é o facto de o mesmo ter sido despachado com a celeridade apontada pelo deputado Soares Carneiro. Acrescentou que poderia ter apontado o interesse estratégico e económico da empresa para o Concelho, os 800 empregos que alberga, poderia até apontar razões de segurança que é uma realidade, dado que os funcionários atravessam a EN15, o que é um risco para a sua própria vida. Observou que poderia ainda apontar que o desbloqueamento do terreno em nada prejudicará a produtividade agrícola de Paredes e que é preciso ter consciência de que se trata de uma empresa importante para Paredes, que tem feito investimentos avultados e que mais empregos criou.

Presidente da Câmara – Esclareceu que não há nada de anormal neste processo e que o deputado Soares Carneiro sabe perfeitamente que um assunto como este, tal como o outro relacionado com a residência universitária em Gandra, foi objeto de várias reuniões com o executivo. Acrescentou que nas referidas reuniões foram analisadas várias questões, entre as quais a possibilidade da RAN viabilizar o pedido e só depois a empresa avançar com o pedido. Realçou que, uma vez que havia uma Assembleia Municipal agendada, o processo foi acelerado, sob pena de só poder ser discutido em Assembleia Municipal daqui por 3 meses. Realçou que só em mentes distorcidas ou com pessoas que estão habituadas na barra do Tribunal a defender tudo e mais alguma coisa, é que se produzem afirmações como aquelas que se ouviram. Esclareceu ainda que, após aprovação pela Assembleia Municipal, o processo seguirá novamente para a RAN que aprovará a respetiva desafetação do terreno, o que talvez não acontecesse se fosse para construir um prédio. Reiterou que nada de anormal existe com a tramitação do processo ora em discussão e que o processo é transparente. Destacou que estão em causa questões de segurança dado o elevado número de funcionários que atravessa a EN15 e que não se pode comparar o presente processo com um outro em que os técnicos têm que analisar projetos. Observou que sempre que for possível despachar processos com celeridade o executivo assim o fará, pois que, é dessa forma que se atrai riqueza para o Concelho.

A Assembleia **aprovou por maioria** dos 43 membros presentes, o *“pedido de reconhecimento como empreendimento de interesse público municipal em que é requerente a firma JAPIMOBILI – Gestão Imobiliária, S.A.”*, com 25 votos a favor da bancada do PS e dos deputados, Cristiano



Marques da Costa, Paulo Faustino Ribeiro Pinheiro, José Augusto da Silva Borges e Américo Manuel de Oliveira e Castro da bancada do PSD e 18 abstenções das bancadas do PSD, CDS-PP e da CDU.

Declaração de voto do deputado Cristiano Ribeiro (CDU) - Referiu que a CDU se absteve pelas razões já expostas anteriormente.

23 - MEDIDAS EXCECIONAIS DE ISENÇÃO E DEVOLUÇÃO DAS TAXAS DE OCUPAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL COM ESTACIONAMENTO PRIVATIVO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, NO ÂMBITO DA PANDEMIA DA DOENÇA COVID-19 - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à Assembleia, para conhecimento, a proposta para aplicação de medidas excecionais de isenção e devolução das taxas de ocupação de domínio público municipal com estacionamento privativo de veículos automóveis, no âmbito da pandemia da doença Covid-19, qual foi previamente remetida a todos os senhores deputados municipais.

24 - ISENÇÃO TAXA DE OCUPAÇÃO DE LUGAR NA FEIRA DE PAREDES - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à Assembleia, para conhecimento, a proposta de isenção da taxa de ocupação de lugar na feira de Paredes.

25 - REGULAMENTO MUNICIPAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA - VERSÃO FINAL - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

José Borges - Presidente da Junta de Freguesia de Louredo (PSD) - Referiu que a situação referente à sua freguesia não está contemplada no Regulamento em análise e que há 4 mil euros de multas aplicadas a habitantes de Louredo num espaço de 100 metros onde existem vários estabelecimentos comerciais. Salientou que aquelas multas são indevidas, até porque não se veem os agentes facto que já participou à Câmara Municipal. Adiantou que seria uma oportunidade de



ouros a inserção daqueles 100 metros como zona de estacionamento limitada e solicitou ao Presidente da Câmara que tenha em consideração a reunião, entretanto, já por si pedida. Observou que já avançou um processo para Tribunal factu que poderia ser evitado, e que é preciso ter em atenção aquele importante espaço para a freguesia de Louredo, dado que é ali que está centralizado o comércio local. Revelou que estão a ser recebidas muitas datadas de agosto e setembro do ano passado, factu que considerou estranho e daí a necessidade de se abordar o assunto com vista à sua resolução.

Presidente da Câmara – Referiu que providenciará pela marcação de uma reunião com o senhor vereador do Pelouro para abordagem do assunto em questão.

A Assembleia **aprovou por unanimidade** dos 43 membros presentes, a *“versão final do Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada.”*

26 - TÉRMINO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA REFERENTE AO REGULAMENTO DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à Assembleia, a versão final do Regulamento Municipal das Instalações Desportivas, a qual foi previamente remetida a todos os senhores deputados municipais.

A Assembleia **aprovou por unanimidade** dos 43 membros presentes, a *“versão final do Regulamento das Instalações Desportivas.”*

27 - ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO - ATUALIZAÇÃO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

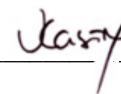
Cristiano Ribeiro (CDU) – Referiu que para a CDU existem dúvidas se, de facto, este é verdadeiramente um assunto para discussão, certamente poderia ser. Acrescentou que se trata de uma estratégia, de um conjunto de princípios mais ou menos gerais e que numa leitura muito especial sobre o assunto, existe um perigo que é o de considerar que os municípios possam ter na



questão da habitação uma intervenção decisiva no sentido de colmatar as carências de habitação. Adiantou que os municípios têm alguma responsabilidade, nomeadamente na reabilitação das habitações sociais e no caso de Paredes, no realojamento da Comunidade Cigana que é um problema do passado, do presente e do futuro. Disse haver pouco com que discordar de uma estratégia porque, de facto, são questões inultrapassáveis como é a questão da especulação imobiliária. Referiu que as políticas de habitação vão sempre em contraste com questões de especulação imobiliária, da relação entre o mercado e a oferta, pelo que não é fácil, porque pode ser um campo onde a demagogia pode imperar. Salientou que, no concreto, a proposta ora em análise, por ser um bocado básica e superficial e não poderia ser de outra forma, não merece a oposição da CDU, se é que este é um tema para discussão e votação, pois que, não há alternativa.

Ana Raquel (CDS-PP) - Referiu que na sessão da Assembleia Municipal de 27 de junho de 2020, o CDS votou contra a 1ª fase da Estratégia Local de Habitação, entre outras razões, pelo facto de não concordar com o critério adotado pelo executivo, de solucionar um problema de uma comunidade específica, em detrimento das demais famílias carenciadas do Concelho. Acrescentou que o CDS mantém a convicção de que a instalação da Comunidade Cigana não devia ser instalada naquele local para bem da própria comunidade e da vitalidade da cidade. Relativamente à 2ª fase, observou que a mesma assenta os seus princípios na recuperação de edifícios devolutos e na aquisição de terrenos pelo que o CDS não deixará de estar atento à sua execução. Realçou que o CDS não se opõe e que, à época, o CDS apontou e criticou o facto de não ter sido feito um levantamento de todas as famílias do Concelho que viviam em condições indignas e que a 1ª fase não preconizava a resposta às necessidades destas famílias. Manifestou a sua satisfação com esta tomada de decisão do executivo e em constatar que o Pelouro de Ação Social fez aquilo que devia ter feito numa 1ª fase, tal como o CDS defendeu e ainda pelo facto de o executivo vir ao encontro de algumas das propostas apresentadas pelo CDS pelo que votará a favor da presente proposta.

Presidente da Câmara - Afirmou que este talvez seja o documento mais importante da presente sessão da Assembleia Municipal, pois que se trata da 2ª fase da Estratégia Local de Habitação do Concelho. Referiu que numa 1ª fase a opção do executivo foi a de resolver um problema de falta de salubridade e de condições de habitabilidade que existiam com uma comunidade específica no centro de Paredes, que se resolverá através da habitação social. Observou que para a 2ª fase, houve necessidade de delinear uma estratégia muito mais abrangente que é o que está a ser feito.



Revelou que esta 2ª fase contempla investimentos a levar a cabo em todos os prédios de habitação social do Município, a construção de novas habitações sociais em terrenos que são já propriedade da Câmara Municipal, bem como a compra de alguns edifícios devolutos que estão referenciados. Defendeu que com a aprovação desta estratégia e com a ajuda de fundos comunitários do IFRRU 2020 e Primeiro Direito 2021, o Município irá adquirir e reabilitar para habitação social. Salientou que, a par da questão do saneamento, a construção de habitação social por vários locais do Concelho, é um assunto que vai ocupar boa parte do próximo mandato no caso de uma reeleição. Defendeu a necessidade de se aproveitar todos os fundos comunitários postos à disposição das autarquias, nomeadamente do Plano de Revitalização e Resiliência. Realçou que, assim, poder-se-á ir ao encontro de uma das grandes necessidades do Concelho de Paredes e que é, também, uma das grandes necessidades de qualquer Concelho no País.

A Assembleia **aprovou por unanimidade** dos 43 membros presentes, o *“plano relacionado com a Estratégia Local de Habitação - Atualização, nos termos propostos.”*

Declaração de voto do deputado Luís Baltar (PSD) - Referiu que o PSD viu com agrado esta 2ª fase da Estratégia Local de Habitação, quer na sua amplitude, 244 famílias, quer na sua dispersão porque parece não acolher as receitas do passado aplicadas nas principais metrópoles do País, de aglomeração de famílias carenciadas num só grupo de edifícios que, tendencialmente, em nada contribuiu para a inclusão social, quer na promoção à iniciativa privada no investimento deste tipo de alojamentos que trará certamente mais eficiência e mais oferta. Realçou que os apontamentos elencados pelo PSD na reunião de 20 de junho de 2020 em que alertou ser excessivo o custo de 145 mil 188 euros por unidade de habitação social na 1ª fase da Estratégia Local de Habitação, pareceu ter sortido alguns efeitos na 2ª fase. Observou que embora as soluções de realojamento apresentadas sejam diferentes, o custo médio estimado por habitação vai de 45 mil e 81 euros, menos de 1/3 do custo estimado de famílias realojadas na fase anterior, pelo que o PSD votou a favor.

28 - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Soares Carneiro (PSD) - Referiu que a presente proposta revela a visão estratégica da Câmara



Municipal, pois que, já é tempo de a Câmara estabilizar o quadro de pessoal, de definir os números e os lugares que entende que são necessários para servir o Concelho. Afirmou que, como possui dotes de adivinho, tal como diz o deputado Rui Silva, adivinhou que o ex-deputado José Henriques Soares viria a ser nomeado. Acrescentou que também adivinhou, na última alteração ao quadro de pessoal, que o lugar de nutricionista já tinha uma destinatária e que o concurso foi feito à medida da pessoa que já estava a trabalhar para a Câmara. Acusou o Partido Socialista de proceder como o PS nacional, primeiro colocar as pessoas nos lugares e depois faz um concurso com regras à medida. Afirmou que a presente alteração, se calhar, também está destinada a algum familiar de um Presidente de Junta ou de algum deputado municipal. Salientou que este é um procedimento muito errático e muito pouco definidor de uma estratégia.

Presidente da Câmara – Referiu que a intervenção do deputado Soares Carneiro revela total desconhecimento do que é o funcionamento de uma Câmara Municipal. Acrescentou que uma Câmara Municipal não deixa de ser uma grande empresa e que a Câmara Municipal de Paredes é a maior empresa do Concelho de Paredes. Realçou que é uma empresa muito mais complexa do que qualquer outra, pois que, trata de educação, transportes, saneamento, execução de obras, Proteção Civil, licenciamentos diversos, apoio social. Lembrou que a partir de 2022 a Câmara Municipal receberá novas competências e que é preciso preparar o Município para tais realidades, além de que vai ser necessário recrutar pessoal para os vários equipamentos que estão a ser construídos no Concelho, nomeadamente a Piscina ao Ar Livre, o Pavilhão das Laranjeiras e o Estádio Municipal.

A Assembleia **aprovou por maioria** dos 43 membros presentes, a *“alteração ao mapa de pessoal”*, com 26 votos a favor das bancadas do PS e da CDU e dos deputados, Cristiano Marques da Costa, José Augusto da Silva Borges e Américo Manuel de Oliveira e Castro, da bancada do PSD e 17 abstenções das bancadas do PSD e do CDS-PP.

Presidente da Assembleia – Propôs à assembleia que os pontos, 29, 30, 31, 32 e 33 fossem discutidos e votados em conjunto, não se tendo verificado **quaisquer objeções** ao proposto.

29 - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA “RUA 25 DE ABRIL”, FREGUESIA DA SOBREIRA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO





30 - SINALIZACAO VERTICAL NA RUA DOS CORREIOS E TRAVESSA D. MANUEL I, NA FREGUESIA DE BALTAR - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

31 - SINALIZACAO VERTICAL E HORIZONTAL DE UM LUGAR PARA MOBILIDADE CONDICIONADA, NA RUA DA IGREJA, JUNTO AO CEMITERIO, NA FREGUESIA DE LORDELO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

32 - SINALIZACAO VERTICAL E HORIZONTAL EM DIVERSAS VIAS, NA FREGUESIA DE VILELA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

33 - SINALIZACAO VERTICAL, E HORIZONTAL, EM DIVERSAS VIAS, NA FREGUESIA DE PAREDES (CASTELÕES DE CEPEDA) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

A Assembleia **aprovou por maioria** dos 43 membros presentes, a *“proposta de alteração ao trânsito na Rua 25 de Abril, na freguesia da Sobreira, a proposta de colocação de sinalização vertical na Rua dos Correios e Travessa D. Manuel I, na freguesia de Baltar, a proposta de colocação de sinalização vertical e horizontal de um lugar para mobilidade condicionada junto ao cemitério, na freguesia de Lordelo, a proposta de colocação de sinalização vertical e horizontal em diversas vias, na freguesia de Vilela e a proposta de colocação de sinalização vertical e horizontal em diversas vias, na freguesia de Paredes”*, com 42 votos a favor das bancadas do PS, PSD e da CDU e 1 abstenção da bancada do CDS-PP.

Presidente da Assembleia – Propõe à Assembleia a aprovação em minuta da ATA desta reunião para aplicação imediata.

A Assembleia **aprovou por unanimidade** dos 43 membros presentes a aplicação da ATA desta reunião em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO



Encerrada a ordem de trabalhos, foi aberto o período de intervenção para o público, tendo-se registado as seguintes inscrições: Márcia Silva, João Gonçalves, Maria Bessa, Rodrigo Pereira, Vanessa Marques, Liliana Duarte, Associação de Pais de Vilela e Manuel Pinho.

Márcia Silva – Colocou a seguinte questão:

Gostaria de saber quando irão abrir as novas creches em escolas desativadas e se o recrutamento irá ser por concurso público?

Presidente da Câmara – Referiu que os concursos públicos para as creches em Paredes, Rebordosa, Duas Igrejas e Gandra, vão ser lançados no próximo mês de maio. O executivo prevê que as obras comecem ainda em 2021 e se prolonguem até ao ano de 2022, ano em que as creches entrarão em funcionamento. Esclareceu que as IPSS que vão gerir estas creches serão as responsáveis pelo recrutamento do pessoal para as mesmas.

João Gonçalves – Colocou as seguintes questões:

Para quando está prevista a execução do saneamento básico na freguesia de Sobreira, mais concretamente nos lugares de Casconha e Santa Comba?

Qual a ideia da construção de passeios no lugar de Santa Comba, quando a estrada precisa da maior intervenção?

A pavimentação (que se encontra em falta) desde o cemitério de Santa Comba até ao alto de Alvre (promessa do Sr. Presidente Alexandre Almeida), ainda é uma obra a concluir até ao final deste mandato?

Presidente da Câmara – Afirmou que as questões colocadas pelo, em parte, já foram respondidas pelo Presidente da Junta de Freguesia da Sobreira. Acrescentou que dado o facto de a Câmara Municipal ter avançado com o Resgate da água e do saneamento em dezembro de 2020, permitiu lançar uma candidatura que permitirá já no próximo mês o lançamento do concurso para a realização do saneamento que, nesta 1ª fase, abrange o centro da freguesia e uma parte substancial de Casconha. Esclareceu que o saneamento irá para a ETAR que está colocada perto do pavilhão da Casa do Povo da Sobreira e que, na fase seguinte, avançará o saneamento em Santa Comba. Relativamente aos passeios, afirmou que se deve a uma candidatura apresentada para a colocação



de passeios entre a igreja de Santa Comba e o cemitério e que nada tem a ver com a pavimentação que irá ser feita ainda este ano e por administração direta.

Maria Bessa – colocou a seguinte questão

No dia 5 de fevereiro, por telefone, apresentei o caso à Polícia Municipal que, posteriormente, me informou também por telefone, ter ido ao local e ter reencaminhado o processo para o Departamento de Urbanismo.

Não tendo qualquer resposta, reencaminhei email no dia 16 de abril, alertando ainda para a localização do anexo construído estar muito próxima do Rio Mesio, me parecendo ocupar Zona de Reserva Ecológica. Alertei também para a construção de muros de vedação, com colocação de caixas para instalação de infraestruturas, o que me surpreendeu dado o terreno não ter qualquer confrontamento com caminho público. De imediato, foi-me solicitada planta de localização.

Apesar de achar estranho este pedido, dado a Polícia Municipal ter estado no local, apresentei a planta e fotos, no dia 17 de abril.

Presidente da Câmara – Referiu que o assunto está entregue aos serviços do Urbanismo e que se irá inteirar do andamento da situação após o que será comunicado à munícipe o ponto da situação.

Rodrigo Pereira – Colocou a seguinte questão:

Gostaria de me queixar do barulho vindo do sino da Capela e Centro Paroquial São Sebastião situada na Rua São Sebastião 4585-248 Gandra.

Um sino que apesar de pequenas dimensões toca extremamente alto e interfere com o descanso e bem estar de quem o rodeia, tanto dentro de casa como na rua.

Parece-nos que os decibéis dos toques ultrapassam o Regulamento Geral sobre o Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, Publicado no DR 12, Série I de 2007-01-17 no qual prevê a inclusão, nos processos de autorização ou licenciamento relativos a atividades geradoras de ruído, em geral, que possam causar incomodidade. Lei que também visa a prevenção do ruído e o controlo da poluição sonora, salvaguardando a saúde humana e o bem estar da população.

Relembrando que mesmo que os decibéis estejam dentro da lei, é necessário verificar o



ambiente em que se encontra o ruído.

Parece-nos também que não faz sentido que no ano 2021 ainda sejamos regidos pelo relógio de um sino (ainda que esteja dentro da lei religiosa) principalmente a um fim de semana em que a maioria das pessoas pretende descansar, mas não esquecendo as pessoas que trabalham por turnos e não têm descanso aos fins de semana e têm de descansar à semana.

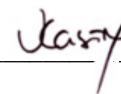
Os cidadãos têm direito ao seu descanso e bem estar e nesse sentido solicitamos a intervenção da CMP para que nos ajude nesta questão.

Presidente da Câmara - Afirmou que esta é uma questão que vem sendo colocada à Câmara há algum tempo. Esclareceu que já foi reduzido o som provocado pelos sinos, bem como a periodicidade dos toques e que dará nota aos serviços no sentido de se verificar junto da Paróquia, a possibilidade de se reduzir ainda mais a intensidade com que o sino toca.

Vanessa Marques – Colocou a seguinte questão:

Gostaria de saber quanto custou à autarquia a produção e distribuição do mais recente infomail remetido a todos os munícipes de Paredes no corrente mês de abril e qual a finalidade do mesmo, uma vez que a informação sobre obras levadas a cabo já é de conhecimento público. Caso o intuito tenha sido apenas o questionário, não bastava distribuir apenas essa folha? Não acha que mandar um livro das obras para casa de cada cidadão, pago com o dinheiro de nós todos, em ano de campanha eleitoral, é aproveitamento e usurpação de poderes?

Presidente da Câmara - Referiu que a Câmara Municipal informará a munícipe do valor das revistas e que as mesmas são uma prestação de contas daquilo que foi feito e do que falta fazer. Acrescentou que quem está no exercício público deve prestar contas aos munícipes de como é que investe o dinheiro, quais os investimentos e como foram feitos. Salientou que, afinal, é aquilo que está a ser feito, até porque nem todos têm acesso às redes sociais, pelo que se entendeu que esta foi a forma mais eficaz de informar toda a gente.



Liliana Duarte – Colocou a seguinte questão:

Porque a Câmara não comunica os números da COVID-19 por freguesias e com mais frequência?

Presidente da Câmara – Referiu que, numa fase inicial, quando foi permitida a divulgação de valores, a Câmara Municipal assim o fez. Adiantou que, a partir de determinada altura, a DGS impediu a divulgação dos números por freguesia, sendo apenas divulgado o número de casos por Concelho que é o que tem sido feito. Revelou que o Concelho está com um número superior a 120 casos por 100 mil habitantes que não é comparável com janeiro cujo número de casos era muito superior. Adiantou que, de qualquer forma, os números atuais impedem que o Concelho entre na fase seguinte do desconfinamento e espera que, com a ajuda e colaboração de todos os números baixem.

Associação de Pais de Vilela – Colocou a seguinte questão:

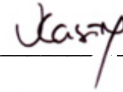
No seguimento de reuniões, emails e conversas telefónicas para avanço de obras de melhoria das instalações do Centro Escolar de Vilela, questionamos se têm nos vossos planos cumprir com o que já foi verbalizado desde janeiro do ano 2020.

Relembramos e-mails trocados com Eng. SUSE em 24/01/2020, com soluções e orçamentos (suse.cunha@cm_paredes.pt).

Presidente da Câmara – Esclareceu que se trata de um coberto que está sinalizado e que vai ter 2 funções, sendo que esta é uma obra que já está orçamentada. Acrescentou que vai servir de sombra para uma grande superfície vidrada o que, no verão, se torna desconfortável para as salas do R/C. Salientou que as obras nos centros escolares estão a ser realizadas de forma gradual, estão a ser colocadas janelas com abertura, noutros lados terá que ser instalado ar condicionado, porque os sistemas de AVAC não funcionam. De seguida avançar-se-á para a colocação do coberto no Centro Escolar de Vilela.

Manuel Pinho – Colocou as seguintes questões:

Com esta ação da empresa Bewater cujo valor é de 135 milhões de euros, a autarquia vai aumentar o seu passivo num valor superior a 220 milhões de euros. Tendo em conta que em 2017, o candidato Alexandre Almeida, em campanha eleitoral, usou como argumento



para uma suposta mudança, um passivo superior a 100 mil euros da CM de Paredes, o que tem agora a dizer aos paredenses quando que está prestes a terminar o mandato, um mandato que terá simplesmente mais do dobro do passivo que tanto criticou?

Já o questioneei muitas vezes em reunião de câmara sobre este assunto, na maior parte das vezes não respondeu. Mas os paredenses precisam respostas do atual presidente. O futuro concelho não pode depender dos SSS nem de respostas vagas sem certezas que garantam o futuro. Nesse sentido volto a questioná-lo?

Submeteu candidatura POSEUR, antes de anunciar resgate! Informou POSEUR do parecer da ERSAR? E da ação Administrativa da empresa?

Já agora como pretende pagar a diferença do montante elegível para o total?

Caso o tribunal dê razão à Be water, como é que será o futuro da governação da autarquia? Não tem receio de estar a hipotecar o futuro dos paredenses. Que futuro terão os nossos filhos e netos caso nos deixe esta herança financeira, ruínosa?

Como refere o advogado contratado pela autarquia, tem de haver fundamentos de facto e de direito o decisor político tomar uma posição diferente do parecer da ERSAR, o parecer não é vinculativo, mas vincula a decisão do autarca. Nesse sentido seja claro, diga-nos se o segundo aditamento foi assinado ou não? Se não, essa resposta vai ao encontro do parecer da ERSAR, estando em vigor apenas e só o primeiro aditamento. Então quais são os fundamentos para contrariar a decisão do parecer?

O estudo da Tamino prevê as ligações a 100% no território? A CM de Paredes tem uma taxa de ligação possível na ordem dos cinquenta por cento, demasiado aquém do estudo que a CM apresentou, neste sentido questiono o seguinte?

Todas as suas propriedades têm ligação de água? Ou apenas e só a sua residência.

Se não tem, como pretende que os paredenses liguem a água quando o próprio presidente não o faz.

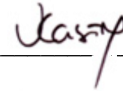
Quantas campanhas de sensibilização a autarquia fez para que os cidadãos efetuassem a ligação?



Tarifário social, sendo a sua bandeira agora baixar os preços e existindo o modelo que o prevê desde 2017, porque não está implementado? Quantas famílias poderão ter apoio?

Presidente da Câmara – Referiu que relativamente ao passivo é completamente falso e que as contas de 2020 que incluirão a previsão dos 21 milhões de euros, registarão um passivo inferior ao do ano transato. Sublinhou que o passivo da Câmara Municipal em 2017 era de 100/103 milhões de euros, diminuiu nos anos de 2018 e 2019 e vai voltar a diminuir em 2020 como se poderá verificar aquando da apresentação das contas no próximo mês. Relativamente ao POSEUR, esclareceu que a candidatura só foi aprovada pelo facto de já ter sido deliberado pelo Resgate pelos órgãos do Município. Adiantou que não tem qualquer receio da decisão do Tribunal e que os cálculos já estão feitos e apresentados pela autarquia, ao contrário do que fez a Be Water que ainda não apresentou os seus cálculos. Realçou que o valor apresentado pela Câmara Municipal é um valor justo pelo Resgate e que não faz sentido a Be Water reclamar uma indemnização de 100 milhões de euros quando, desde 2001 até à presente data só apresentou cerca de 28 milhões de investimento. Considerou que este facto não passa de uma aberração e de mais uma estratégia do advogado da empresa que, a ser o deputado Soares Carneiro, com a habilidade e o ilusionismo que traz para a Assembleia, em vez de 100 milhões, talvez estivesse a reclamar 200 milhões, como se ventilou numa primeira fase. Relativamente ao 2º aditamento, revelou que o mesmo era uma proposta que, a ser aceite, não teria havido lugar ao Resgate e que foi justamente pelo facto de o Município o rejeitar que houve Resgate. Referiu que a Câmara Municipal discordou do parecer da ERSAR quando refere que não se podia comparar o funcionamento dos SMAS com o 2º aditamento, porque o que está em causa é o funcionamento da Be Water para o futuro que, para manter o nível de preços, não fazia mais investimento. Defendeu que a Câmara Municipal contrapôs com a criação dos SMAS que garante que não haverá aumento de preços e haverá investimento. Acrescentou que, entre outras, a grande mais valia com a criação dos SMAS, é o acesso aos fundos comunitários o que permitirá levar a cabo os investimentos sem se alterar os preços, algo que a empresa não fazia até agora. Em resposta a uma outra questão, afirmou que é cliente da Be Water, sendo que, a partir de janeiro de 2022 vai passar a ser utente dos SMAS de Paredes, ao contrário do senhor Pinho, que não vive em





Paredes e, como tal, não deve ser cliente da Be Water e se a partir de 2022 passar a viver em Paredes, passará a ser utente dos SMAS de Paredes. Quanto às campanhas de sensibilização, observou que quem as tinha que providenciar era a Be Water. No que concerne à aplicação da tarifa social, salientou que a Câmara Municipal tem apoiado muitas famílias através do serviço social. Acrescentou que a tarifa social já está aprovada, que a Be Water exigiu uma garantia bancária para adaptar o programa informático a qual já foi prestada pelo que se espera que o faça o mais rapidamente possível. Garantiu que se assim não for, certamente fá-lo-á a Câmara Municipal, através dos SMAS, a partir de janeiro de 2022.

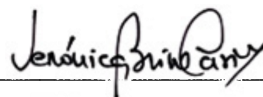
E nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da mesa, foram encerrados os trabalhos sendo uma hora e cinquenta minutos do dia um de maio.

E para constar se lavrou a presente que, depois de lida e achada conforme vai ser assinada.

E eu, Verónica de Brito Castro, Chefe de Divisão Administrativa a redigi e assino conjuntamente com Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal.



Baptista Pereira, Dr.



FOLHA DE VOTAÇÃO

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2021/06/25**

2- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2021

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães d)	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
António Manuel da Silva Vaz a)	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Maria Rita Ferreira Nunes d)	PS	X		
Ana Margarida Moreira Nogueira a)	PS			X
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
César Manuel Moreira da Costa a)	PPD/PSD			X
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD			X
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD	X		
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSD	X		
António Macedo de Lemos	CDS-PP	X		
Álvaro dos Santos Pinto a)	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Suse Marlene Rocha Cunha b)	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
José João Martins Barbosa b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD			X
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD			X
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
António Carlos Pacheco da Cunha b)	PPD/PSD	X		
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

FOLHA DE VOTAÇÃO

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2021/06/25**

3- RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS - ANO 2020

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães d)	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
António Manuel da Silva Vaz a)	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Maria Rita Ferreira Nunes d)	PS	X		
Ana Margarida Moreira Nogueira a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD		X	
César Manuel Moreira da Costa a)	PPD/PSD		X	
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD		X	
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD		X	
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD			
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD		X	
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD		X	
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD		X	
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSD		X	
António Macedo de Lemos	CDS-PP			X
Álvaro dos Santos Pinto a)	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Suse Marlene Rocha Cunha b)	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
José João Martins Barbosa b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD			X
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD			X
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD			X
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD			X
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
António Carlos Pacheco da Cunha b)	PPD/PSD			X
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2021/06/25

4- CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO COM RECURSO À LINHA BEI PT 2020 - AUTARQUIAS

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães d)	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
António Manuel da Silva Vaz a)	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Maria Rita Ferreira Nunes d)	PS	X		
Ana Margarida Moreira Nogueira a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD			X
César Manuel Moreira da Costa a)	PPD/PSD			X
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD			X
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD			X
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD			X
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD			X
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD			X
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD			X
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			X
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSD			X
António Macedo de Lemos	CDS-PP	X		
Álvaro dos Santos Pinto a)	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Suse Marlene Rocha Cunha b)	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
José João Martins Barbosa b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD			X
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD			X
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD			X
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD			X
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD			X
António Carlos Pacheco da Cunha b)	PPD/PSD			X
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

FOLHA DE VOTAÇÃO

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2021/06/25**

5- ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PAREDES PARA ADEQUAÇÃO AO REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE)

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães d)	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
António Manuel da Silva Vaz a)	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Maria Rita Ferreira Nunes d)	PS	X		
Ana Margarida Moreira Nogueira a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD			X
César Manuel Moreira da Costa a)	PPD/PSD			X
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD			X
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD			X
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD			X
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD			X
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD			X
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD			X
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			X
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSD			X
António Macedo de Lemos	CDS-PP			X
Álvaro dos Santos Pinto a)	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Suse Marlene Rocha Cunha b)	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
José João Martins Barbosa b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD			X
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD			X
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD			X
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD			X
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD			X
António Carlos Pacheco da Cunha b)	PPD/PSD			X
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1º Secretário

2º Secretário

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2021/06/25

6- PROCEDIMENTO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO - JOSÉ ALBERTO COSTA SOUSA

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS			
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães d)	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
António Manuel da Silva Vaz a)	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Maria Rita Ferreira Nunes d)	PS	X		
Ana Margarida Moreira Nogueira a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD		X	
César Manuel Moreira da Costa a)	PPD/PSD			X
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD			X
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD		X	
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD			X
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD		X	
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD			X
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD			X
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSD			
António Macedo de Lemos	CDS-PP			X
Álvaro dos Santos Pinto a)	CDU			X

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Suse Marlene Rocha Cunha b)	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
José João Martins Barbosa b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD			X
Carlos Francim Moreira da Silva	PPD/PSD			X
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD			X
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD			
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD			X
António Carlos Pacheco da Cunha b)	PPD/PSD			X
Albertino Borges da Silva	CDU			X

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

FOLHA DE VOTAÇÃO

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2021/06/25**

7- PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE DOIS ASSISTENTES OPERACIONAIS - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL - MOTORISTA DE TRANSPORTES COLETIVOS

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães d)	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
António Manuel da Silva Vaz a)	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Maria Rita Ferreira Nunes d)	PS	X		
Ana Margarida Moreira Nogueira a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD			X
César Manuel Moreira da Costa a)	PPD/PSD			X
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD			X
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD			X
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD			X
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD			X
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD			X
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD			X
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			X
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSD			X
António Macedo de Lemos	CDS-PP	X		
Álvaro dos Santos Pinto a)	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Suse Marlene Rocha Cunha b)	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
José João Martins Barbosa b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD			
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD			X
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD			X
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD			
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
António Carlos Pacheco da Cunha b)	PPD/PSD			X
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2021/06/25

8- 2ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE REBORDOSA

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães d)	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
António Manuel da Silva Vaz a)	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Maria Rita Ferreira Nunes d)	PS	X		
Ana Margarida Moreira Nogueira a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
César Manuel Moreira da Costa a)	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepiá Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD			
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSD	X		
António Macedo de Lemos	CDS-PP	X		
Álvaro dos Santos Pinto a)	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Suse Marlene Rocha Cunha b)	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
José João Martins Barbosa b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD			
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
António Carlos Pacheco da Cunha b)	PPD/PSD	X		
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

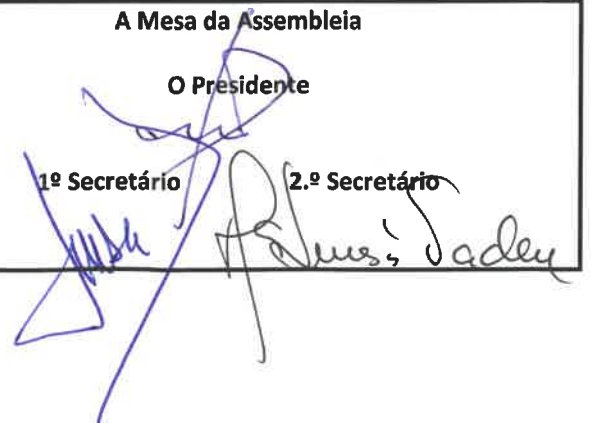
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1º Secretário

2º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2021/06/25

9- CONTRATO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE ASTROMIL

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães d)	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
António Manuel da Silva Vaz a)	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Maria Rita Ferreira Nunes d)	PS	X		
Ana Margarida Moreira Nogueira a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
César Manuel Moreira da Costa a)	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD			
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSD	X		
António Macedo de Lemos	CDS-PP	X		
Álvaro dos Santos Pinto a)	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Suse Marlene Rocha Cunha b)	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
José João Martins Barbosa b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD			
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
António Carlos Pacheco da Cunha b)	PPD/PSD	X		
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

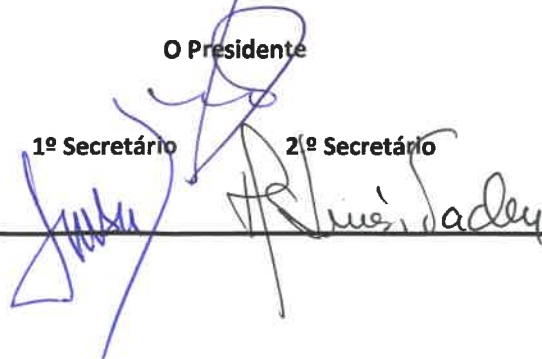
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1º Secretário

2º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2021/06/25

10- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE AGUIAR DE SOUSA PARA REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINA RETROESCAVADORA E TRATOR

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães d)	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
António Manuel da Silva Vaz a)	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Maria Rita Ferreira Nunes d)	PS	X		
Ana Margarida Moreira Nogueira a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
César Manuel Moreira da Costa a)	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD		X	
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD		X	
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSD	X		
António Macedo de Lemos	CDS-PP	X		
Álvaro dos Santos Pinto a)	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Suse Marlene Rocha Cunha b)	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
José João Martins Barbosa b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD		X	
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD		X	
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
António Carlos Pacheco da Cunha b)	PPD/PSD	X		
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1º Secretário

2º Secretário

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2021/06/25

11- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FREGUESIA DA SOBREIRA PARA RECONSTRUÇÃO DA PONTE DOS LAMEIROS - SANTA COMBA

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães d)	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
António Manuel da Silva Vaz a)	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Maria Rita Ferreira Nunes d)	PS	X		
Ana Margarida Moreira Nogueira a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
César Manuel Moreira da Costa a)	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepiá Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD			
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSD	X		
António Macedo de Lemos	CDS-PP	X		
Álvaro dos Santos Pinto a)	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Suse Marlene Rocha Cunha b)	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
José João Martins Barbosa b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD			
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
António Carlos Pacheco da Cunha b)	PPD/PSD	X		
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

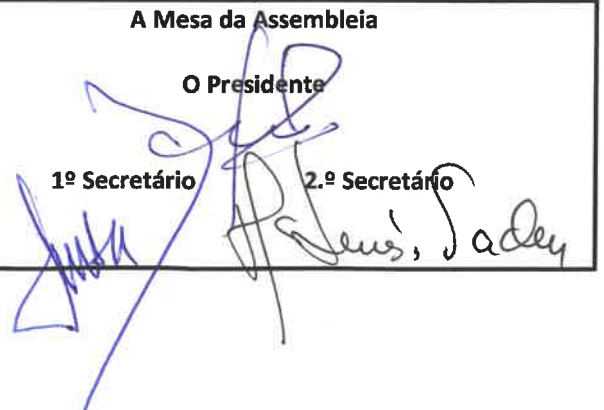
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2021/06/25**

12- SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL NA EX - EN 106 - 3, NA FREGUESIA DE CETE E NA FREGUESIA DE PAREDES (MOURIZ)

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães d)	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
António Manuel da Silva Vaz a)	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Maria Rita Ferreira Nunes d)	PS	X		
Ana Margarida Moreira Nogueira a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
César Manuel Moreira da Costa a)	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepiá Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD			
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSD	X		
António Macedo de Lemos	CDS-PP	X		
Álvaro dos Santos Pinto a)	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Suse Marlene Rocha Cunha b)	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
José João Martins Barbosa b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD			
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
António Carlos Pacheco da Cunha b)	PPD/PSD	X		
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário